

**IV Seminário Nacional
Psicologia e Políticas Públicas
Relatório**

**Maceió - Alagoas
23 de maio de 2007**

Autorizamos a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catologação na publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas (4. : 2007 : Maceió, AL)

Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas / Conselho Federal de Psicologia,. Maceió, AL : CFP/ULAPSI, 2007. 132 p.

ISBN:

I. Políticas Públicas 2. Psicologia 3. Atuação do Psicólogo
I. Conselho Federal de Psicologia II. Título

Conselho Federal de Psicologia

XIII Plenário

Diretoria

Ana Mercês Bahia Bock

Presidente

Marcus Vinícius de Oliveira Silva

Vice-presidente

Maria Christina Barbosa Veras

Secretária

André Isnard Leonardi

Tesoureiro

Conselheiros efetivos

Acácia Aparecida Angeli dos Santos

Alexandra Ayach Anache

Ana Maria Pereira Lopes

Iolete Ribeiro da Silva

Monalisa Nascimento dos Santos Barros

Nanci Soares de Carvalho

Conselheiros suplentes

Andréa dos Santos Nascimento

Giovani Cantarelli

Maria de Fátima Lobo Boschi

Odair Furtado

Psicólogos Convidados Suplentes

Deusdet do Carmo Martins

Maria Luiza Moura Oliveira

Psicólogos convidados

Regina Helena de Freitas Campos

Vera Lúcia Giraldez Canabrava

Conselho Federal de Psicologia
SRTVN 702 - Ed. Brasília Rádio Center - sala 4024-A
CEP: 70.719-900
Fone: (61) 2109-0100
Fax: (61) 2109-0150
e-mail: contato@pol.org.br
www.pol.org.br

Sumário

Abertura.....	09
Ana Bock	10
Marcus Vinícius de Oliveira	11
Conferência: Políticas Públicas: de que Estado estamos falando.....	15
Maria Odete Santos.....	16
Mesa-redonda: Políticas Públicas, Estado e Sociedade: formas de participação social.....	29
Marcus Vinícius de Oliveira.....	30
Francisco Batista Júnior.....	31
Luciana Tatagiba.....	40
Debate.....	50
Mesa-redonda: Políticas Públicas e Psicologia: potencialidades e desafio dessa relação.....	70
Elisa Zanerato.....	71
Eduardo Henrique Passos Pereira.....	72
Peter Spink.....	80
Marcus Vinícius de Oliveira.....	89
Debate.....	99
Apresentação - CREPOP: construindo coletivamente referências técnicas para a atuação profissional em políticas públicas.....	110

Ana Bock.....	111
Grisel Crispi	115
Marcus Vinícius de Oliveira.....	119
Debate.....	121

Abertura

Ana Bock

Presidente do Conselho Federal de Psicologia

Damos por aberto o *IV Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas*. Eu, Ana Bock, presidente do Conselho Federal de Psicologia, e Marcus Vinícius de Oliveira, vice-presidente do Conselho Federal e coordenador deste evento, temos muito prazer em recebê-los nesta atividade. Este seminário já tem a tradição de antecipar o Congresso Norte - Nordeste de Psicologia o CONPSI, tornando-se, assim, mais um espaço de encontro entre a Psicologia e as políticas públicas. Neste evento, ousaremos iniciar um debate ainda não realizado entre nós, que pensamos ser necessário para o avanço da discussão das políticas públicas e que é a temática deste seminário: “De que Estado estamos falando?”

Para tanto, iniciaremos com a conferência sobre o tema do evento *Políticas públicas: de que Estado estamos falando?* ministrada pela professora Maria Odete Santos; após, haverá a mesa-redonda *Políticas Públicas, Estado e Sociedade: formas de participação social*; depois, haverá a mesa-redonda *Políticas públicas e Psicologia: potencialidades e desafios dessa relação*; e, por último, falaremos sobre o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas, que os conselhos de Psicologia, a partir de decisão do Congresso, instalaram no Sistema Conselhos como instrumento importante para construção da relação da Psicologia com as políticas públicas: onde estamos, o que temos feito, quais as questões, os problemas, as atividades, práticas e técnicas que os psicólogos têm utilizado. Todo esse mapeamento está instalado e sendo construído no que chamamos de CREPOP. E então encerramos nosso evento, para a abertura do CONPSI.

Temos realizado o *Seminário de Políticas Públicas* considerando que nosso avanço na sociedade brasileira,

enquanto profissão, passa pela discussão e pela inserção como psicólogos nas políticas públicas. Por isso, os seminários têm sido considerados espaços importantes de debates, têm resultado em publicações importantes para se construir um referencial de atuação.

Marcus Vinícius de Oliveira

Vice-Presidente do Conselho Federal de Psicologia

Bom dia a todos e a todas. É realmente um grande prazer ter aqui a companhia de vocês para prosseguir nessa reflexão. A Ana Bock já explicitou que nós, já há quatro edições, no dia da abertura do CONPSI, aproveitamos para reunir estudantes e profissionais que antecipam sua chegada e compartilham conosco dessa reflexão fundamental e estratégica.

A Psicologia tem a história de uma presença social extremamente elitista, que marcou as características dos anos de 1970 e 1980, quando estava profundamente identificada com o campo das psicoterapias e, efetivamente, estava a serviço apenas daqueles brasileiros que tinham condições econômicas de acesso aos serviços dos psicólogos.

A Constituição de 1988 marca uma expansão da cidadania e também a importante possibilidade de que, por meio do desenvolvimento de um conjunto de políticas públicas, os psicólogos passem a ter maior desempenho junto aos grupos populacionais até antes excluídos dessa possibilidade. O advento dessa presença introduz, para nós, uma série de novas questões, pois, efetivamente, os psicólogos não se prepararam, do ponto de vista formativo, para exercitar essas intervenções. Então, foi um começo difícil, no qual tivemos de reinventar a presença da categoria em uma série de espaços onde certos grupos populacionais passam a contar com a possibilidade de receber a contribuição da Psicologia.

Essa caminhada, do ponto de vista profissional, com a ampliação da presença dos psicólogos no campo das políticas públicas, acaba por demonstrar a necessidade de que nós, como organização profissional, e aqui falando do Conselho Federal de Psicologia, pudéssemos colocar em pauta esse tema. Um dos principais elementos que orienta nosso diagnóstico acerca da relação da Psicologia com as políticas públicas é que os psicólogos tinham uma limitada capacidade de análise dos contextos nos quais atuavam. Muitas vezes, o profissional estava presente como agente do Estado, prestando serviço à população, com uma série de recursos técnicos, mas com poucos recursos analíticos para interpretar a cena institucional e política e para lidar com as contradições típicas dessa arena, desse contexto do exercício da vida pública, da cidadania, dos direitos humanos.

É essa caminhada que temos empreendido nos últimos dez anos, uma caminhada que nos fez trazer o tema da Psicologia e de seu compromisso social para dizer do desejo dos psicólogos de oferecer seus serviços a todos os brasileiros que deles precisam. A Psicologia do compromisso social marca certa ideologia dos fazeres profissionais; por isso, o Conselho Federal de Psicologia convocou a *I Mostra Nacional de Práticas Profissionais-Psicologia e Compromisso Social*, que foi realizada em São Paulo, e que foi uma grata surpresa. Mais de 1.400 trabalhos foram inscritos para dizer que os psicólogos já estavam presentes nesses cenários e que seria estimulante poder desenvolver as reflexões próprias que esse campo exige.

Na seqüência, realizamos um esforço importante, com o aprofundamento da temática dos direitos humanos, que, acredito, pôde estabelecer uma demarcação ética para a qualidade da presença dos psicólogos em diversos espaços, como as instituições prisionais, o trabalho derivado do Estatuto da Criança e do Ado-

lescente em todas as esferas, a questão da Reforma Psiquiátrica, do SUS, dos direitos dos portadores de transtornos mentais. O tema dos direitos humanos ajudou-nos bastante a pensar em uma posição ética para uma categoria profissional que advém das classes sociais mais bem favorecidas e que agora tem, como clientela beneficiária de sua atenção, populações com muito pouco acesso a bens e serviços.

Em seguida, incorporamos a necessidade de fazer algo mais prático, mais ativo, e inauguramos a perspectiva da Psicologia do protagonismo social, que efetivamente pudesse oferecer ao Estado brasileiro possibilidades de atuação dos psicólogos no interior das políticas públicas, e ocupamos esse cenário com um conjunto de propostas. Isso se consubstanciou em um projeto de duração limitada, o Banco Social de Serviços, importantíssimo para que nossas organizações e nossa profissão fossem adquirindo maior bagagem no campo dessa cultura que, mais tarde, veio se enunciar claramente como o campo das políticas públicas.

Como último movimento, pretendemos estabelecer uma sólida posição da Psicologia no interior das políticas públicas, chamando a atenção para a necessidade da produção das referências técnicas a fim de se chegar a uma atuação ética e competente. É essa a origem do CREPOP, o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas.

Mas, discutir as políticas públicas remete-nos, inevitavelmente, ao encontro com essa temática que tentaremos estabelecer hoje. De que Estado estamos falando? As políticas públicas são um bem em si mesmas? O que significa adotar as políticas públicas como um horizonte de desenvolvimento profissional? Essas são perguntas que exigem nossa qualificação para uma análise crítica das relações existentes entre nosso grupo profissional e o Estado, entre a sociedade e o Estado,

entre a cidadania e o Estado. É preciso adquirir recursos para se verificar que Estado é esse, o que significa ser um agente de prestação de serviços com mandato do Estado. Quando estamos no posto de saúde, em um centro de privação de liberdade para adolescentes, em uma escola pública, a quem estamos servindo? Como se conjugam as relações entre Estado e governo? Quais as contradições que encontramos em ser, ao mesmo tempo, agentes do Estado, enquanto profissionais, e cidadãos que fazem parte de uma sociedade extremamente injusta, desigual, marcada por inúmeras contradições sociais?

Essas são algumas perguntas que, no último período, acumulamos. E tem sido sempre assim. Acumulamos as perguntas e depois viemos aqui dividir o esforço de refletir sobre elas com vocês. Os seminários de Psicologia e políticas públicas têm servido como espaço para se debater as principais dúvidas suscitadas pela caminhada institucional do Conselho Federal de Psicologia e da categoria profissional, em direção a esse desejo de que a Psicologia esteja mais a serviço da sociedade, daqueles que dela necessitam, de que essa ciência possa ser um conhecimento útil para se produzirem aquelas intervenções sociais que são importantes e significativas, para que possamos todos ter uma vida melhor. Para que a Psicologia possa ir nessa direção, teremos inesgotavelmente dúvidas, questões, perguntas. Tenho certeza de que, com as pessoas que convidamos para estar conosco dialogando sobre esses temas, sairemos todos um pouco mais esclarecidos nessa caminhada que tem como horizonte maior a cidadania, os direitos humanos e a construção de uma sociedade mais justa, mais igualitária e mais agradável para todos.

Conferência

Políticas Públicas: de que Estado estamos falando?

Maria Odete dos Santos¹

Conferencista

Bom dia a todos os presentes. Gostaria de começar agradecendo, em especial à Ana Bock e ao Marcus Vinícius, a oportunidade, e manifestar minha surpresa em ver a preocupação de uma interlocução tão vasta da comunidade dos psicólogos, o que sempre nos anima, nós, que estamos na Academia ou no fazer profissional de maneira geral, que nos colocam em “ilhas” e nos levam a desprezar essa que é sempre uma possibilidade de fecundo debate.

É extremamente oportuna a pergunta: “De que Estado estamos falando?” Com certeza, todos estão, a todo o momento, ouvindo falar de temas como crise do Estado nacional, perdas do poder do Estado nacional, globalização, instâncias de regulação internacionais que passam por cima do próprio Estado nacional em seus diferentes níveis de soberania, das suas capacidades, inclusive de seu fazer autônomo e geram suas próprias políticas públicas. Em outras palavras, essas políticas públicas em que, com certeza, estão inseridos os psicólogos e todos aqueles que representam o público do Estado, acabam por ser guiadas por instâncias que parecem um pouco etéreas, inalcançáveis, para onde não conseguimos levar nossas demandas, nossas angústias e, em especial, não conseguimos ter algum poder de troca e nem respostas para atender as necessidades por nós observadas em nosso fazer profissional.

O mundo atual, de fato, desloca o Estado nacional. Isso nos leva a problematizar o que é o Estado hoje o que foi o Estado, e o que faz diferença, tanto na relação com a sociedade em geral quanto na relação mais específica com o modo de reprodução da vida, ou seja, cada Estado nacional é contemporâneo da formação dos vários Estados, da internacionalização do Estado. Estamos tratando do Estado-nação moderno. Não tivemos uma

¹ Doutora em Ciências Sociais, professora adjunta da Universidade Federal de Santa Catarina, com experiência em Sociologia do Desenvolvimento e atuação principalmente nos temas de desenvolvimento e pensamento social, planejamento, pensamento brasileiro, Estado e políticas públicas, movimentos sociais, nação e globalização.

ruptura institucional, uma ruptura revolucionária que nos permitisse dizer que estamos falando de um outro Estado completamente diferente daquele que surgiu com o modo de produção capitalista. São contemporâneos, são construções sociais que caminham no mesmo processo histórico e que têm uma relação de contradição, tem uma relação dialética muito estreita.

Vivemos, durante muito tempo, sob o jugo de alguns mitos em relação ao Estado. Chamaria a atenção para um deles: sempre pensamos em uma contradição entre Estado e mercado e uma relação amantíssima, vamos dizer assim, entre capital e mercado, ou seja: o Capitalismo está relacionado com o mercado, e o Estado é aquela organização que está ali, um pouco na contramão das relações de produção capitalista.

O processo de desenvolvimento do Estado nacional moderno, com certeza, desmente essa oposição ou esse estranhamento entre Estado e capital. Estado e capital sempre estiveram muito juntos, e as relações entre eles têm dois sentidos: primeiro, com a capacidade, a função e a necessidade do Estado de levar as possibilidades do processo de desenvolvimento capitalista. E atenção: não é qualquer processo de desenvolvimento, é processo de desenvolvimento capitalista! Quando falamos desse processo, falamos da acumulação de capital, e o Estado tem, no circuito de cada nação e na sua relação com os outros estados, essa função muito estreita, uma relação muito próxima com as altas esferas do capital, com o verdadeiro “lar” do Capitalismo.

Em nosso imaginário, temos aquela noção de que o Capitalismo está na fábrica, que o capital está na relação de produção, na estrutura de reprodução da vida, mas avançamos muito no saber de que ele abarca todas as esferas da vida social: culturais, ideológicas, sociais. Trata-se de uma configuração onde tudo isso está, de forma contraditória e, em verdade, muito entrelaçada,

caminhando junto, criando suas tensões, criando seus momentos de modificações de estratégia, mas sempre em uma lógica em que o Estado, por ter a função de propiciar o chamado desenvolvimento, está sempre muito ligado às altas esferas de poder econômico. Todos sabemos que determinada categoria profissional, uma categoria social, por mais que seja numerosa, laboriosa, jamais terá com o Estado uma relação de intimidade como teriam, por exemplo, os usineiros aqui de Alagoas. E é claro que a grande desigualdade desse crescimento acompanha o desenvolvimento do que podemos chamar de Capitalismo histórico.

O outro elemento que é função do Estado, e que nunca deixou de ser, de uma forma ou de outra, é o de legitimar essa relação social de produção, essa sociabilidade vivida sob a ordem do capital. São duas funções absolutamente interligadas e contraditórias, ou seja, ao mesmo tempo em que o Estado, tentando desenvolver-se economicamente, busca propiciar as condições para a acumulação do capital, para garantir a continuidade e a ampliação do lucro com a apropriação privada, tem, por meio de diferentes estratégias, de legitimar a relação de sociabilidade. Essa é uma relação, ressaltar, que possui estratégias diferentes, mas que acompanha o desenvolvimento do Estado nacional.

Então, tendo em mente essa relação que acompanha o Estado, podemos pensar, e creio ser isso importante para o fazer da Psicologia, em realizar uma breve incursão ao passado, para instrumentalizar nossa compreensão do presente.

Primeiro, sempre que se pensou o Estado nacional em seu nascedouro, como forma de instituir um poder que pudesse regular relações que estavam nascendo, este foi relacionado à natureza humana. Todos os grandes teóricos do Estado nacional pensaram numa característica inata do homem: é egoísta por natureza,

é selvagem. As avaliações são realizadas a partir de um homem que busca avançar em benefício próprio, conquistar espaços, propriedades individuais, em detrimento do bem coletivo, e isso já acontecia bem antes da propriedade capitalista, isto é, essa propriedade que está nascendo já faz com que as pessoas considerem o Estado em relação a um indivíduo que terá de conviver com posses diferentes. Para regular isso, todos se reportarão a um tipo de natureza humana em que há dois tipos mais ou menos distintos de conceitos: aquele que vem da tradição de Aristóteles, em que o homem é sociável por natureza; e a outra corrente, a de que o homem tem, na inveja, em seu egoísmo, em seu desconforto no convívio com o outro, sua característica principal. Então, sociabilidade, de um lado: e anti-sociabilidade, de outro.

Para essas duas grandes correntes, há que se ter o Estado. Para umas, como mal necessário; para outras, como única possibilidade de se ter a humanidade em progresso. Mesmo, por exemplo, o filósofo inglês Thomas Hobbes, no *Leviatã*, o monstro que se apodera de todos os espaços sociais, de todos os espaços da vida, não considerava, ao contrário do que foi vulgarizado em seu pensamento, que o homem seria mau por natureza; pelo contrário, considerava que o homem seria bom por natureza, mas que existiriam aqueles que não seriam, e que, na relação de sociabilidade, tinha-se que se ficar desconfiado. Então Hobbes está preocupado com uma relação em que há desconfiança, porque alguns são maus. E, se é preciso haver desconfiança, jamais sei quem será o mau! Para evitar que nessa relação apareça o mau, deseja-se um Estado muito presente. A maldade está relacionada com a inveja da propriedade, com o querer a propriedade do outro, mesmo que Hobbes não tenha ainda, à época (o livro só foi publicado em 1651), uma definição de propriedade capitalista.

Sabemos que a propriedade anterior ao Capitalismo é bem diferente. É patrimonialista, é pessoal, é organizada de outra forma, não é privada. Hobbes quer um Estado e, por isso, o monstro do Leviatã, que impede que a pessoa saiba do grande ônus que é infringir ou causar o mal. Assim, o Estado é extremamente necessário para que se viva com maior tranquilidade, porque, sejam maus, sejam bons, os homens não terão coragem, na maioria dos casos, de causar qualquer maldade, porque o Estado puni-los-á e todos saberão o que não devem fazer e qual é a punição para a infração às normas. Então Hobbes seria um ícone da defesa do Estado extremamente presente. E não é um Estado para dar políticas públicas: é um Estado para cuidar das pessoas, para livrá-las dos perigos!

Por outro lado, há toda uma linha de pensamentos onde há a problematização sobre o desenvolvimento do Capitalismo, sobre as desigualdades, e que considera o homem bom por natureza, como o Bom Selvagem, de Rousseau. Para esses, o homem é bom, mas a sociedade o está aviltando, porque coloca nele desejos artificiais. Então, há de se ter um contrato social, o que seria um mal menor. O Estado é visto como necessidade, como um mal menor, como uma idealidade, como desenvolvimento supremo da civilização, segundo diz Hegel.

Teríamos de passar por isso para localizar a questão da natureza humana: que homem é esse de que estamos falando, se é o homem natural ou se é o homem histórico. Essa compreensão tem relação com o Estado, uma instituição que não é natural, é histórica; e, se histórica, sujeita-se à possibilidade de sucumbir frente a outra forma de ordenação, que tem sido vista desde a origem do Estado, como um governo mundial. É claro que nossa história é muito eurocêntrica. Então seria o governo mundial europeu. Já temos até a União Europeia, com uma série de configurações para o cidadão,

que se torna, agora, cidadão do mundo e, ao mesmo tempo, cidadão de lugar algum.

A segunda questão que gostaria de abordar está relacionada ao Estado atual e ao indivíduo desamparado, órfão. Não é que o Estado esteja ausente. Mesmo com o Neoliberalismo, ele está extremamente presente na vida social. Todas as políticas públicas são reguladas pelo Estado nacional. Ao pensarmos em políticas públicas, pensamos em escola, em saúde, em habitação, em infra-estrutura, porém também temos de pensar em política pública quando se fala em taxa de juros, em compromissos de orçamento, em honrar dívidas nem sempre justas, em câmbio e em uma série de questões que atingem ao público diretamente. Nossa sociedade é uma sociedade de soma zero, ou seja: se oferecermos para alguns, tiraremos de outros. Não apanhamos na árvore mais do que frutos, e as árvores não surgem naturalmente. Então, tratamos de mercadorias, de objetos de consumo, de necessidades, de objetos de desejo, de supérfluos que são legítimos e que são absolutamente inúteis e que, na verdade, desumanizam os homens. Não falo do ponto de vista moral, mas de uma burguesia que está em quase todos os Estados nacionais e que se presta a um tipo de ostentação que descaracteriza as pessoas e estabelece, por outro lado, uma cultura na qual também temos preocupações ecológicas e não toleramos a escravidão infantil. Vivemos na contradição sobre o que fazer, na medida em que o Estado nacional opta por políticas públicas de ajuste fiscal, de superávit primário para poder pagar suas contas e honrar seus compromissos com a banca financeira internacional.

Poderia ser diferente? Essa era a política de Fernando Henrique Cardoso e foi a política com a qual Lula se elegeu. A Carta aos Brasileiros disse aos senhores da banca internacional e às elites nacionais que

os compromissos seriam honrados. E a pergunta que fica é: se não houvesse essa carta e o arco de alianças, teria sido possível a eleição de Lula? E, se eleito, qual a margem de manobra que um Estado pode ter, sem que provoque a não governabilidade? O leque de opções é extremamente determinado por esferas da ordem global, uma ordem assimétrica, desigual! No Capitalismo, não existem relações simétricas entre estados. Existem os países centrais e os países periféricos, e os nomes dados a isso são os mais variados.

Falarei de três momentos do Estado para que saibamos um pouco sobre como se está agindo hoje. Todos eles se originam no século XX e continuam no século XXI. Esses três momentos são:

I. Antes da Primeira Guerra Mundial: havia um Estado que pouco regulava as relações de trabalho entre os indivíduos. O contrato social na esfera do trabalho é embrionário, muito tênue, elaborado mais com o intuito de evitar alguns grandes excessos após terem sido cometidos muitos excessos. É a acumulação originária, primitiva, que hoje se reproduz e acompanha o Capitalismo em uma espoliação permanente nas relações desiguais entre países que não possuem a mesma força militar, a mesma força econômica e a mesma força tecnológica. Tudo isso junto configura determinada hegemonia; naquele período, da Inglaterra; mas ultrapassada pela hegemonia dos Estados Unidos a partir da Primeira Grande Guerra. Nesse primeiro momento, há um Estado liberal ausente na regulação das esferas da estrutura da sociedade, com crises evidenciadas pela Grande Depressão em 1876, o que já anunciava uma possibilidade de o Capitalismo não conseguir, com as próprias pernas e as forças do mercado regularizadas através de seus automatismos, promover o bem-estar comum, relacionado ao pleno emprego. Temos esse primeiro Estado nacional como o espectro do Estado

que temos desenvolvido até hoje. A maturidade do Estado moderno inaugura-se naquele momento, já a partir de crises e demandando teorizações a respeito dessas crises.

2. Logo em seguida, temos a grande crise, período entre a primeira e a segunda guerras, com uma longa depressão. A partir do final da Segunda Guerra, um grande pensador que trabalhava a partir do *establishment* econômico, com os arsenais da economia clássica, revolucionou todo o pensar econômico, e tivemos, então, a Revolução Keynesiana. Surge a era de ouro do Capitalismo, do início de 1945 até 1970. Conhecemos esse período como o estado do bem-estar social, ao qual não tivemos muito acesso, mas ganhamos com ele. Para o Brasil, usaria a terminologia desenvolvimentista, mas com ganhos para a classe trabalhadora. A lógica de Keynes revolucionou, e era inimaginável que um lorde inglês, banqueiro, que fazia parte dos que se achavam ligados aos processos geradores do desenvolvimento do Capitalismo, pudesse produzir outras idéias, e produziu-as, porque acreditava no Capitalismo com ressalvas, sendo uma delas a de que não seria capaz de gerar pleno emprego, não seria capaz de gerar o bem-estar social por meio das idéias de Adam Smith de que, através da mão invisível do mercado, todos os homens, ao perseguir seus interesses egoístas, acabariam gerando o bem comum. Essa é a idéia do Liberalismo clássico: produz o sapato à medida que a população necessitar de sapatos; e, na hora em que o preço dos sapatos cair, muda de ramo ou diminui a produção. Ao perseguir esse interesse egoísta de lucros com a produção de sapatos, gera o bem comum. Então, um produz sapatos; outro, cadeiras; outro, vestuário. (Keynes e Marx concordarão que, para o capitalista, tanto faz produzir canhão quanto manteiga).

Observa-se que dois elementos acompanham o surgimento do Estado-nação: a defesa da propriedade privada e a defesa da soberania, soberania essa relacionada com fronteiras, territórios e com a troca de mercadorias. Assim, os estados tornam-se monopolizadores da força, ou seja, o Estado adquire caráter de polícia. Hoje encontramos um Estado que desenvolve a energia nuclear com fins que não precisa explicar a ninguém, com relações raivosas e com unanimidade internacional na defesa daqueles que dizem que a utilizarão apenas para o bem. Ao mesmo tempo, vemos a ONU - Organização das Nações Unidas decidir pela não-invasão do Iraque, e a invasão acontecer. Temos de reconhecer que aquele que tem o monopólio da força, não somente no terreno do nacional mas também no da globalização, possui o poder econômico, e o poder não respeita qualquer agência reguladora, mas é justificado por qualquer propósito. Um dos elementos resultantes desse tipo de relação é a perda dos direitos civis, sob o pretexto de se combater o terrorismo, não apenas nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, mas também no resto do mundo.

Voltando a Keynes: não há pleno emprego com o Capitalismo, não há bem comum ou satisfação das necessidades sociais por meio da regulação automática do mercado. Não ocorre estabilidade no Capitalismo, pois este precisa de um Estado que esteja criando uma demanda, uma procura determinada para que aqueles que fabricam produtos possam ter garantia de perspectiva de lucro quando estão realizando investimentos.

Com isso, Keynes revoluciona a *Lei de Self*, que afirmava que toda oferta cria sua procura, porque, se há a produção de mercadoria, compra-se o insumo para a produção, contrata-se mão-de-obra, gera-se renda e, então, surgem os consumidores do mercado. Toda oferta, na medida em que significa investimento, cria

procura, e a economia funciona, o Capitalismo funciona. Dessa maneira, somente existe o desemprego involuntário.

Keynes afirma que toda oferta não cria sua procura, porque nela existe uma perspectiva de investimento que é individual do empresário, que é a de menor risco com garantia de lucro. Em havendo possibilidade de crise, há a preferência pela liquidez, que libera o dinheiro de investimentos em qualquer forma específica de produção. E essa é uma verdade para todos. Nós mesmos, se tivermos condições de nos tornarmos empresários, perguntaremos se o risco compensa ou se é mais seguro investir no mercado financeiro, com garantia de retorno, sem correr risco. Obviamente, com taxas de juros atraentes e com poucas perspectivas de que a ampliação do investimento seja um risco maior do que a taxa de juros, a opção será pela aplicação no mercado financeiro. Com essa avaliação, Keynes revolucionou e deu toda legitimidade à entrada do Estado enquanto empreendedor em todas as áreas, invertendo a lei de que toda oferta cria sua procura, ao dizer que toda demanda cria a sua oferta. O Estado pode investir no que for, desde que, por meio de novas ofertas, crie um fluxo gerador de crescimento da economia. Com isso, acontece a legitimidade para a intervenção do Estado em todos os setores da economia.

As idéias de Keynes somente tiveram aplicação acompanhadas do pensamento de Ford, ao ponto de falarmos em uma área keynesiana-fordista, fordista enquanto produção de massa em grande escala.

3. Depois da Segunda Guerra Mundial, ficou muito claro que a União Soviética, por meio do planejamento estatal, havia conseguido níveis de desenvolvimento econômico e industrial inéditos na história do Capitalismo, isto é produzia mercadorias com planejamento e

conseguia pleno emprego, tirou o país de uma situação feudal com pequenos nichos de produção capitalista e transformou-o em grande potência. Estabelecia-se, assim, a bipolaridade do ponto de vista da concorrência econômica e bélica.

Outra afirmação de Keynes que deixa perplexa toda a ortodoxia econômica é a de que dívida não é problema para os estados. Pelo contrário, os estados nacionais teriam de se endividar, pois as dívidas gerariam crescimento econômico e, a partir de então, estes receberiam as taxas, os impostos e tudo o mais que pagaria a dívida, o que geraria um círculo em que não haveria mais problemas. Empurrar-se-ia a dívida, paga-se-ia parte dela, mas o mais importante seria fazer crescer a economia.

Surge então a era de ouro do Capitalismo, na qual o produto social consegue ser também dividido, mas temos, então, para este crescimento econômico, um período que se encerra, porque o Capitalismo, mesmo com a política de Keynes, continua extremamente sujeito a crises periódicas de superacumulação. A partir da década de 1970, começa-se a rechaçar a política keynesiana e a trazer o legado neoliberal e a liberdade de mercado para o capital. Do ponto de vista das políticas públicas, teremos o ajuste fiscal, ou seja, o Estado tem de ser “enxuto” e não pode ter dívidas. Isso será regulado por instâncias internacionais, como o Banco Mundial e o FMI. Emprresta-se dinheiro, prolongam-se prazos de pagamento, desde que se cumpra a cartilha. Ocorre a privatização de setores produtivos do Estado, e este não é o maior problema, é apenas um lado da questão. O Estado mercantilizou uma série de direitos historicamente adquiridos, em especial, na área da Previdência, que tem ligação com o mercado financeiro por meio dos fundos de pensão. Essa situação está muito ligada ao circuito da cartilha.

Temos a terceirização, muito importante para o capital, que cria o mal-estar da época: a flexibilização de todas as relações, que torna o indivíduo órfão, sem categoria, sem identidade em sua categoria. É o indivíduo só, que precisa ser extremamente competitivo, criativo, pois não tem estabilidade no emprego. É preciso que seja assim porque é da ordem do capital. Assim como falei que todos preferem ter o dinheiro em forma líquida e aplicar no mercado financeiro, em vez de arriscar em uma produção, descartar a força de trabalho, terceirizando-a, é também ter dinheiro na forma líquida, é poder definir o momento de investir e não ter ônus com encargos trabalhistas, ou seja: ocorre a informalização das relações de trabalho, estabelecida no mundo inteiro, e não apenas numa visão tupiniquim do Capitalismo.

Há opções de ruptura, como a que Chávez está tomando, o que provoca um certo deslocamento de Lula enquanto representante das massas. Por outro lado, Lula é alçado à condição de chefe de Estado capaz de se sentar com grandes chefes de Estado, relação sempre muito complexa. Não faço aqui qualquer juízo de valor, nem mesmo emito uma opinião política. É uma constatação de fatos.

Gostaria de salientar, ainda, que toda essa mudança precisa de um aparato ideológico extremo, porque o Estado tem a função de se legitimar em todos os terrenos. Haverá redes de solidariedade. E não será necessário apenas ter sucesso e ser grande empreendedor, mas também será preciso cooperar com a escola, fazer trabalho voluntário e cumprir os papéis do Estado. Não falo do Terceiro Setor; as pessoas também são conclamadas a essas atividades. De certa maneira, é fácil conseguir adeptos para o trabalho voluntário e a cooperação, pois o indivíduo isolado torna-se mais propenso a

participar desse tipo de ação, na medida em que busca criar algum laço de identidade.

Esse é o Estado que temos. Que política social e que política pública temos de fato? Temos o fim das políticas universais e a mercantilização dos direitos universais. E temos as políticas focalizadas. Então, há bolsão de pobreza, e mitigamos esse bolsão com algum nível de apoio, tentando resolver problemas que podem atraparalhar toda a sociedade, buscando legitimidade inclusive através dessas políticas. Nisso o Governo Lula tem tido sucesso, com o fomento de cooperativas e o oferecimento de bolsas diversas; e seus índices de aprovação demonstram isso. Mas ele não está fora da ordem do Estado contemporâneo, é legitimador, inclusive, dessa relação de desigualdade entre os estados. Em outras palavras, somente existe Estado imperialista porque existem estados subalternos que legitimam, no interior de seus estados nacionais, essas políticas globais.

Mesa-redonda Políticas Públicas, Estado e Sociedade: formas de participação social

Marcus Vinícius de Oliveira²

Coordenação

Nesta mesa-redonda, queremos tratar da dimensão, que aparece, muitas vezes, inadequadamente, como uma contraface do Estado com a sociedade. Esse é o modo mais convencional de representação das pessoas em uma relação de diferença, e efetivamente existem diferenças, mas tratadas como se a esfera do Estado não envolvesse a esfera da sociedade, e como se a esfera da sociedade fosse algo distinto da esfera do Estado. Pensar nessa relação é uma via muito importante para orientar estrategicamente, do ponto de vista político, a condução dos conselhos de Psicologia. A Sociologia das profissões informa-nos que nenhuma profissão poderá ser bem sucedida na sociedade moderna se não estabelecer e organizar seu diálogo com a dimensão do Estado. Temos considerado esse um tema importante: o papel das representações institucionais da profissão no diálogo com os agentes que representam a gestão do Estado, e, nesse diálogo, encontrar pontos de convergência entre os interesses dos profissionais e os interesses da sociedade. Mas, talvez mais importante do que essa esfera seja o fato de, como representação profissional, os conselhos de Psicologia terem assento em uma série de conselhos, inclusive no Conselho Nacional de Saúde. O Conselho Regional de São Paulo, por exemplo, com suas várias subsedes, tem cerca de 50 pessoas que os representam nos mais diversos conselhos de controle social. Essa é uma realidade do ponto de vista institucional.

Quero com isso apenas situá-los nessa discussão, que tem um sentido teórico, um sentido político geral, mas é bastante significativa quando construímos nossas estratégias de conselhos profissionais para projetar um futuro melhor, planejado para o desenvolvimento

² Conselheiro Federal Coordenador do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas públicas – CREPOP, psicólogo, Doutor em saúde coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, é professor de Departamento de Psicologia da Universidade Federal da Bahia e integrante do Núcleo de Estudos pela Superação dos Manicômios da Bahia.

do nosso grupo profissional. Essas esferas, então, são muito concretas, e queremos, com essa próxima mesa-redonda, iluminar um pouco esse campo, trazendo algumas reflexões sobre os significados dessas relações que envolvem políticas públicas, Estado e sociedade, em uma perspectiva de como se podem construir formas de participação social.

Então, recebemos aqui, com muito prazer, nossos convidados para nos auxiliar nessas reflexões.

Francisco Batista Júnior³

Quero aqui abordar a participação social no SUS. Gosto muito de fazer a *mea culpa*. Na minha militância estudantil, universitária, política, sindical, era uma daquelas vozes que criticava muito a União Soviética, pelo fato de entender que aquele país estaria desvirtuando os conceitos do Marxismo, pondo em xeque toda a proposta, por nós defendida de sociedade igualitária enquanto teoria marxista. Hoje faço questão de dizer que éramos felizes e não sabíamos, pois, quando havia a União Soviética, pelo menos havia certo equilíbrio bipolar, que se traduzia nas formas social, econômica e política. Com o fim da União Soviética, o mundo passou a ter outra dimensão, outra lógica, que entendo ter chegado ao Brasil um pouco depois de ter chegado a outros países, mas de forma avassaladora. E como é complexo o momento que atravessamos neste país!

Como presidente do Conselho Nacional de Saúde, tenho participado de muitos debates, com os mais variados atores, nos mais variados rincões do Brasil. Ontem participei de uma Mesa bastante polêmica sobre a judicialização da assistência farmacêutica, em um evento promovido pela Frente Parlamentar de Saúde. Um procurador federal disse que não devemos nos angustiar pelo fato de haver visões tão diferentes sobre o tema, o que, segundo ele, é produto de uma sociedade

³ Presidente do Conselho Nacional de Saúde, graduado em Farmácia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pós-Graduado em Farmácia pela UFRN e secretário de formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Serviço Social.

democrática. Disse ainda que, indo um pouco mais longe, não acreditava que chegaríamos a um consenso a respeito do tema e de muitos outros temas, nem hoje e nem daqui a décadas. Com minha crença na possibilidade de uma revolução, fiquei preocupado, achando que o caminho deve ser outro. Temos de trabalhar sempre na lógica de defender aquilo em que ideologicamente acreditamos, independentemente da correlação de forças existente. É muito fácil defender propostas, princípios, sonhos, quando a conjuntura e a correlação de forças são favoráveis. É preciso fazer a disputa e a defesa quando elas são mais difíceis.

Quando falo das dificuldades que o Sistema Único de Saúde enfrenta, é comum alguns setores interpretarem como uma crítica ao SUS. Então faço questão de começar dizendo que considero o SUS, levando em consideração qualquer aspecto, a maior conquista da história recente do país. Quem conhece, quem estudou, quem vivenciou o que era saúde antes do Sistema Único de Saúde e o avalia agora, com todas as suas dificuldades, problemas e resistências, percebe o imenso significado que este tem para a população brasileira. Há pouco paralelo, inclusive em nível mundial.

Concordo com o promotor, quando ele fala sobre as visões diferentes, discordando de que isso seja absolutamente inexorável. Considero o SUS um sobrevivente. Ele foi criado em 1988, pela Constituição Federal, exatamente em um momento em que a lógica que dominava o cenário político, social, cultural e ético no mundo era inversa: era a da desresponsabilização do Estado. Era o princípio do individualismo contra o coletivismo, o discurso fácil e bem elaborado do Estado mínimo na busca da progressividade e da competência. Com uma lógica como essa, aprovar e implantam em um país como o Brasil, o Sistema Único de Saúde não foi pouca coisa.

Existem quatro eixos fundamentais no SUS:

1. A força de trabalho:

Desde que o Sistema foi criado, os trabalhadores têm sofrido muito nas relações de trabalho, na remuneração profissional, na falta de qualificação, na pouca ou inexistente formação, inclusive em relação à universidade.

2. O financiamento:

O Sistema Único de Saúde enfrenta problemas pelo subfinanciamento. O que há hoje, destinado ao SUS, é absolutamente insuficiente. E, pior: o que temos utilizado é muito mais para a privatização do sistema e para incrementar cada vez mais esse subfinanciamento.

3. O modelo de atenção:

Continuo insistindo no fato de que temos a urgência, a obrigação e o dever de avaliar com seriedade o modelo de atenção. Há gente que acha que o Programa de Saúde da Família, o Programa de Agentes Comunitários de Saúde e uma e outra experiências importantes em relação à prevenção e promoção da saúde sejam suficientes, que, por si sós, justificam o modelo de prevenção, o que não é verdade. Temos de ter a coragem de admitir que continuamos esperando que as pessoas fiquem doentes para, depois, tratar delas. Isso interessa à lógica econômica que norteia o SUS.

Li um artigo do Michael Moore, que está lançando um documentário sobre o sistema de saúde nos Estados Unidos, no qual ele fazia duras críticas, afirmando que aquele é o país que talvez mais gaste com saúde e que possui o pior sistema de saúde do mundo, de tão excludente, desigual e injusto que é, o que deixa claro que somente dinheiro não resolve a situação. Ele chamava a atenção para uma bancada poderosa de *lobby* no Congresso americano que, travestida de defensora da saúde do povo, trabalha exatamente ao contrário. Senti-me contemplado com o artigo do Michael Moo-

re, porque é o que também acontece no Brasil. Temos parlamentares no Congresso que se dizem defensores da saúde, mas que, na verdade, o que defendem são mais recursos financeiros para leitos hospitalares privados, para as clínicas que fazem exames de alta complexidade, para os laboratórios que fabricam medicamentos de alto custo. Não estão preocupados em promover saúde. Estão preocupados em ter pessoas doentes para ganhar com essas doenças.

4. A participação social:

Com certeza, se conseguíssemos a implementação desse eixo, os problemas atuais com relação ao modelo de atenção, ao financiamento e à força de trabalho seriam superados com mais facilidade. O controle social está garantido na Constituição Federal, na Lei nº 8.142, uma legislação fantástica, perfeita. A Constituição brasileira contempla basicamente tudo, mas, na vida real, sabemos como funciona. O controle social teve um momento efusivo, em 1990. Havia um clima positivo no movimento social, pela criação dos conselhos de saúde, com a aprovação da Lei nº 8.142, que regulamentou a participação da comunidade no SUS, preconizando a participação das pessoas e a responsabilização da sociedade nos destinos da saúde de seu município. Aconteciam reuniões, debates e encontros para a conscientização sobre a necessidade de se comporem os conselhos de saúde, de se definir o sistema que queríamos à luz da Constituição Federal. Então, de 1990 a 1992, ocorreu um clima, em alguma medida, até de ilusão de que a descoberta de novas formas de intervenção, de participação e de democratização resolveria a situação caótica da saúde.

Há cerca de dois meses, eu participava de uma plenária de conselhos de saúde, em Brasília, com 1.500 pessoas, e percebi que choquei muitas delas ao dizer que não

podemos afirmar que o Brasil seja uma democracia. Falar isso é usar um instrumento de manutenção do *status quo* que não interessa ao povo brasileiro. Vivemos em um regime absolutamente autocrático, clientelista e, em certa medida, maniqueísta, privatizado por grupos políticos e econômicos. Democracia não é apenas o direito de falar e de votar! Nem mesmo o direito de ir e vir é real! Quem consegue se deslocar com facilidade para onde quer? Quantos brasileiros têm acesso a educação, a saúde? A democracia é mais complexa do que isso! Mas, enfim, em um país como o nosso, com essa cultura autoritária, centralizadora, privatizada, admitir a participação do cidadão comum nos destinos da saúde foi demais para alguns setores.

A partir de 1992, surgiram complicações. Os conselhos de saúde, que foram criados para obedecer a uma legislação, começaram a perceber que havia sérias dificuldades. E, mais grave ainda: essa cultura autoritária da qual falei permeia inclusive nosso inconsciente coletivo, e torna natural para as pessoas o fato de termos nascido em um país e em um mundo em que algumas pessoas sejam educadas para mandar e outras, para obedecer. Já presenciei inúmeras vezes usuários e trabalhadores dizerem que não se contraporão aos ditames do Secretário de Saúde, e nós, do movimento sindical, principalmente o ligado à CUT, percebemos a situação e decidimos criar um instrumento para atuar nessa cultura. Surgiu a Plenária Nacional dos conselhos de saúde, criada em 1994, à revelia da institucionalidade, como movimento de mobilização popular, como instrumento de troca de informações a respeito da atuação dos Conselhos de Saúde no Brasil, como instrumento de mobilização efetiva na perspectiva de fortalecimento do controle social do SUS. E a plenária passou a ser um grande movimento. Entre 1995 e 1998, chegamos a realizar três plenárias nacionais de conse-

lhos de saúde, com a participação de três mil pessoas que discutiam a situação do controle social no Brasil, a composição dos conselhos de saúde, as dificuldades nas relações com os gestores e com as entidades civis organizadas. A partir desse período, os conselhos de saúde sofreram um processo de transformação importante no Brasil e chamaram a atenção dos que estavam no poder. Em 1998/1999, o então Ministro da Saúde, percebendo a importância dessas plenárias como instrumento de mobilização e de conscientização política, começou a tentar impedir a sua realização. Mesmo sendo um movimento livre, não institucionalizado, as plenárias contavam com o apoio significativo do Conselho Nacional de Saúde, que se encarregava de buscar o local para as pessoas se reunirem e se responsabilizava pela estrutura para os debates. Então, o Ministério da Saúde decidiu que o Conselho Nacional de Saúde não assumiria mais qualquer gasto, e a Plenária Nacional de Conselhos de Saúde passou a acontecer apenas uma vez ao ano, com muitas dificuldades, assumida basicamente pelas entidades, que enviavam seus representantes. Isso, é claro, excluiu a participação de muitas organizações que não possuíam condições econômicas para se fazerem representar.

Entre 1999 e 2002, aconteceu o que considero, para usar um termo da moda, o “apagão” do controle social do SUS. Nesse período, os conselhos de saúde foram praticamente dizimados. Contamos nos dedos os conselhos municipais ou estaduais de saúde que continuaram se reunindo, debatendo, deliberando.

Em 2003, com a eleição de Lula, fomos buscar as mudanças, pois acreditamos que temos todas as oportunidades políticas e históricas de fazer o controle social do SUS no Brasil. E passamos a debater com o então ministro esse processo.

Entre 2003 e 2006, obtivemos conquistas muito importantes:

1. Pela primeira vez na história, conseguimos garantir a paridade no Conselho Nacional de Saúde, que não existia e é uma das exigências básicas da legislação de controle social do SUS no Brasil.

2. Conseguimos a ampliação da representações do Conselho Nacional de Saúde.

3. O processo de composição do CNS - Conselho Nacional de Saúde foi transformado. Até então, era realizado de cima para baixo, com entidades que possuíam vagas garantidas. Agora, quem quiser fazer parte do Conselho tem de passar por processo eleitoral nacional. No ano passado, o CNS realizou um processo eleitoral nacional, divulgado em todo o Brasil por quatro meses. A participação foi ampliada para 48 entidades titulares, 48 primeiros suplentes e 48 segundos suplentes. Dessa maneira, o CNS conseguiu, pela primeira vez na história, eleger todas as suas entidades e, para coroar tudo isso, pela primeira vez o presidente do CNS foi eleito. Até então, era o Ministro da Saúde quem presidia o Conselho Nacional de Saúde.

Esse processo foi fantástico, e está sendo reproduzido em muitos estados e municípios. O Ceará já enveredou pelo mesmo caminho e também elegeu o presidente do conselho. O Rio Grande do Norte está encaminhando projeto de lei que altera toda a composição e determina também a eleição do presidente do conselho estadual para a Assembléia Legislativa. E isso está se dando em todo o país.

Nesse momento temos, inclusive como instrumento de participação social, a realização da XIII Conferência Nacional de Saúde, marcada para 14, 15, 16 e 17 de novembro em Brasília. As conferências municipais já começaram e serão realizadas até o início de agosto,

quando ocorrem as conferências estaduais até outubro. Na Conferência Nacional, esperamos consolidar todo esse momento de avanços de controle e participação social no SUS.

Mas isso, por si, só não basta. Estou aqui entre uma categoria bastante reconhecida e quero dizer que uma das grandes dificuldades no fortalecimento da participação social é a ausência de alguns atores importantes, como a universidade, por exemplo. A academia, infelizmente, não tem participação no sistema da saúde. Os profissionais da saúde também não. Não sei se vocês concordam comigo, mas os profissionais da saúde, em regra geral, são altamente elitistas. Esse elitismo, para mim, é um componente que precisa ser discutido e superado, pois prejudica a participação dos trabalhadores da área no controle social. Muitos profissionais de saúde acham que conselho de saúde tem menor amplitude e que usuário do sistema não precisa participar de debate e de decisões.

Com isso, quero dizer que é fundamental que posamos ter muito definida a necessidade de uma intervenção mais coesa, constante e, principalmente, qualificada, pois, com isso e com as transformações que estão acontecendo, poderemos ter em nosso país um exemplo de participação social em um setor que é vital. Entendemos que essa participação deve ser estendida para outros setores da nossa vida social. Quando falamos no exterior sobre a participação social, todos ficam admirados com o fato de um usuário poder ir a uma reunião e dizer ao gestor que não concorda com os encaminhamentos dados a determinada política. Essa experiência no Brasil é única. Precisa ser sedimentada, ampliada e totalmente inserida em nosso cotidiano, independentemente de nossa área de atuação.

Marcus Vinícius de Oliveira

A sua exposição, Júnior fez-me lembrar do saudoso Davi Capistrano, líder da Reforma Sanitária, que acentuava exatamente o aspecto trazido pelo fato espantoso de que tenhamos construído, em uma conjuntura tão adversa quanto a neoliberal, um projeto ético e generoso, de compromisso, envolvimento e de dever do Estado. Outro aspecto que ele também citava, surpreso, era o de que, em um país de relações tão pouco democráticas, hierarquizadas (que você também abordou ao falar desses grupos de primeira e de segunda categoria, de um desvalor tão grande para com os grupos mais subalternos e populares), nesse âmbito da concentração da renda, da terra, dos meios de comunicação, dos recursos nas mãos de muito poucos, seria muito improvável que desenhássemos e conquistássemos uma legislação tão democrática como a do SUS, sob o ponto de vista de entender que a participação da sociedade não é um detalhe, mas elemento fundamental para alavancar essa presença social. Então, é muito bom que você tenha vindo nos lembrar esses aspectos e fazer essa provocação importantíssima sobre o caráter elitista dos profissionais de saúde. Esse é um tema que precisamos ter coragem realmente de enfrentar enquanto fronteira, limite, dificuldade. Entre os profissionais de saúde, já elitistas, há os aristocráticos, que pretendem hierarquias dentro da elite. Enfrentamos a questão do Ato Médico, uma preocupação de todos os profissionais de saúde como um tema de desigualdade, de busca de vantagens e de privilégios.

O Conselho Federal de Psicologia participa do Conselho Nacional de Saúde por meio do Fórum das Entidades dos Trabalhadores em Saúde, o Fentas, onde nos sentamos na companhia das demais organizações dos trabalhadores da saúde. É óbvio que isso ocorre

no nível das instituições, mas o alerta do Júnior é de que precisamos espalhar isso para todos os níveis. Não basta ter uma representação da entidade específica de um grupo profissional, mas os próprios profissionais devem estar envolvidos no esforço de ampliar e fortalecer essa relação democrática. Dizem que o Brasil não tem nem dez, nem cem, nem mil questões sociais. O Brasil tem uma só questão social: a necessidade de radicalizar a democracia.

Luciana Tatagiba⁴

Optei por realizar aqui um registro mais amplo, mas não teórico. Penso que este pode ser um espaço muito bom para compartilhar com vocês minhas próprias inquietações e os resultados desconcertantes de algumas pesquisas que tenho realizado.

O Marcus Vinícius dizia que uma coisa que vocês não querem, como categoria profissional, é ser ingênuos, ao pensar em política pública. Essa é uma preocupação muito importante, pois sabemos que a participação pode não ser democrática e nem pública. A participação não necessariamente amplia, intensifica e radicaliza a democracia. A participação pode ser uma ferramenta de gestão, uma estratégia para instrumentalizar uma democracia de baixa intensidade. Então, de fato, a preocupação em não ser ingênuo é importante e atual.

Eu não sabia desse momento da entrada dos psicólogos para pensar sobre as políticas públicas, porque o registro em que trabalho é muito mais o da inserção dos movimentos sociais como estratégia de luta, que vem desde os anos de 1980, como Júnior colocava-nos. Os debates que os movimentos sociais estão realizando no sentido de avaliar os avanços do investimento na luta institucional como estratégia para a democratização e processo das políticas é muito interessante

⁴ Professora do Departamento de Ciência Política da Unicamp, Doutora em Ciências Sociais, com pesquisa e publicações em experiências de democracia participativa no Brasil, em particular sobre conselhos e gestores de políticas públicas.

para os psicólogos que se colocam nesse campo, que pretendem fazer esse debate.

O que está em jogo agora é a avaliação de até que ponto tem sido válida a aposta na luta institucional, por meio de conselhos, comitês, fóruns, como estratégia de luta, para a construção da cidadania e para a radicalização da democracia. A resposta não é fácil, e eu não a tenho, obviamente. Temos de fugir das respostas óbvias e simplificadoras.

Com respostas ingênuas, corremos dois riscos: o primeiro é o de fazer uma apologia total da participação institucional como se ela fosse capaz de resolver todos os problemas, participando de tudo o que for criado, todo tipo de comitê, de qualquer fórum... é preciso se perguntar para que e onde é eficaz e eficiente participar. Afinal, participação tem custos, e não são poucos. É preciso realmente ter consciência do que significa participar de um contexto extremamente complexo, em uma conjuntura de contramaré. Tivemos uma Constituição emancipadora e, em seguida, uma contraposição neoliberal que dificultou a ampliação da participação. Não se trata, então, apenas de ampliar a participação, mas de qualificar essa participação.

O outro risco é a negação da participação em qualquer esfera institucionalizada, o que significaria desconsiderar todo o processo que foi construído. Estamos no momento de avaliar criticamente a “arquitetura” da participação, para entendermos até onde já avançamos e que tipo de mudanças são necessárias para que possamos reduzir alguns problemas.

A experiência brasileira, não apenas no SUS, mas em toda essa rede participativa, é algo extraordinário na América Latina. A existência obrigatória dos conselhos, o espaço de participação social propiciado por eles, é algo que qualifica e distingue o processo de democratização no Brasil. Em nosso país, a democra-

tização do regime, pela força dos movimentos sociais, em determinado momento, encontrou-se com o tema da democratização das políticas públicas. Isso deu ao nosso processo de construção democrática um perfil muito singular. Houve uma grande expectativa na aposta da participação institucional como estratégia de luta. Nos anos 90, e vários estudos demonstram isso, o Brasil transformou-se em um celeiro de experiências inovadoras de gestão, seja a partir de conselhos obrigatórios, como os conselhos de saúde nos três níveis, seja nos mais variados espaços, criados, principalmente, no âmbito dos municípios brasileiros, sem contar as experiências de orçamento participativo, reconhecidas internacionalmente. Nesse sentido, poderíamos dizer, e aí fico até com medo de qualificar como tal, que temos um estado muito permeável, em que há canais institucionais para a mediação com o Estado. Obviamente, saber até onde ir nesse processo e se há efetiva partilha de poder é outra história. É o mais importante da história nesse momento.

Venho me dedicando à busca de uma avaliação crítica desse sistema participativo e queria trazer para vocês resultados parciais, impressões e desconfortos percebidos em pesquisas que estou realizando.

Em uma pesquisa, busco reconstruir essa “arquitetura” da participação no município de São Paulo. Tento ver quantos são, quais são e onde estão os canais de participação. Em geral, os estudos têm ficado focalizados em uma ou outra experiência, em estudos de caso e, com isso, perde-se a concepção da totalidade e o olhar mais amplo. Tenho buscado fazer isso com enorme dificuldade, porque, em geral, as prefeituras não têm dados, não registram informações e os espaços participativos entraram na lógica feudal de divisão de espaços que impera no Estado. São espaços extremamente setorializados, que acompanham a dimensão

da focalização das políticas. Em São Paulo, foi uma *via crucis* até conseguir descobrir que são 41 espaços institucionalizados de participação. É possível que haja mais. Peregrinei em cada secretaria. Em todas, há um enorme desconhecimento sobre os espaços participativos vinculados a elas. Esse dado de pesquisa mostramos como esses espaços estão integrados e articulam-se à lógica governamental, à estrutura burocrática do Estado. Isso me parece bastante importante.

A segunda pesquisa, para a qual fui convidada pelo Observatório dos Direitos do Cidadão do Instituto Polís, refere-se justamente à relação entre conselho e política pública, à tentativa de avaliar o nível de incidência entre os conselhos sobre as políticas públicas em suas áreas específicas. Também estamos trabalhando em São Paulo, mas apenas com os conselhos de saúde, Criança e Adolescente, Habitação e Assistência Social, que também têm apresentado resultados interessantes.

Das informações já surgidas nas pesquisas, gostaria de trazer dois elementos para o debate, que são os que mais me angustiam: o primeiro diz respeito à natureza da participação ou aos níveis de incidência desses espaços sobre as políticas públicas, e o segundo diz respeito à composição. Tentei, nas duas pesquisas, levantar as informações, pensar sobre elas, e o quadro que encontrei é meio desconcertante.

Sobre a natureza da participação, sabemos que é comum, nas análises, afirmações de que os conselhos não deliberam, e isso acabou se tornando um fetiche, pois não se trabalha do conceito de deliberar. Na pesquisa, tentamos fazer uma distinção entre o conceito de deliberação e o conceito de decisão. Trabalhamos a idéia de decisão a partir das resoluções que os conselhos produzem. Foi um instrumento de análise bastante interessante que nos deu elementos muito bons.

Além de fazer essa distinção, tentamos fugir da dicotomia delibera/não delibera. Buscamos compreender os diferentes níveis de incidência dos conselhos nas diferentes fases da política pública. Para simplificar, trabalhamos apenas com duas fases: a de planejamento e a de implementação. Sabemos que, no planejamento, há um conjunto de sub-fases e, na fase de implementação, também, mas não abordarei isso aqui. Então, tentamos trabalhar a idéia da natureza da participação pensando em como os conselhos incidem na política pública a partir desse duplo registro: a idéia de nível de incidência dos conselhos sobre as políticas, em um primeiro momento, e, depois, nas diferentes fases das políticas públicas.

Alguns resultados parciais, ainda precários e pouco sistemáticos:

I. A ampla maioria dos conselhos investigados, em torno de 80%, está voltada para a fase de implementação da política. A lei de criação desses conselhos, o desenho institucional, atribui-lhes a função de interferir na implementação das políticas, na execução das políticas, mas em aspectos bastante precisos.

Isso significa que, primeiro, a grande expectativa gerada nos anos de 1980, por todo o processo de construção dessa participação, foi a idéia de que seria possível à sociedade participar do processo de elaboração da política pública, ou seja, definir agenda, apontar problemas e determinar formas de intervenção. O que vemos, pelo menos no caso de São Paulo, e creio que essa não seja uma situação restrita, é que, ao contrário, a maior parte desses espaços tem como atribuição legal incidir unicamente sobre a fase de implementação. Planejar ou interferir no planejamento nem está posto na criação desses espaços. Desde o desenho institucional, quando traçadas as regras do jogo, já estava colocado um limite muito claro de inserção dos atores. O traba-

lho é de auxílio à gestão, de ajuda na implementação, e não de definição da política. Parece-me que isso traz consequências dramáticas, pois aproxima essas instâncias da lógica de gestão ao mesmo tempo em que as distancia da face ativa da política como processo, no qual são produzidas decisões acerca das possibilidades alternativas de intervenção, de construção de agendas, de definição de problemas. Isso está fora do registro, restando apenas a dimensão técnica da ação que, em alguns casos, é extremamente burocrática e, no geral, enfadonha.

Dei-me ao trabalho de ler atas de reuniões realizadas em dois anos pelos conselhos da Criança e do Adolescente, Assistência Social e Habitação. O nível de desgaste dos conselheiros face à natureza dos problemas tratados é imenso, porque existe uma dimensão do trabalho técnico, administrativo e burocrático que diz respeito, principalmente, ao registro de entidades, que consome, como vi em alguns acasos, 80% das resoluções produzidas.

Nos casos dos conselhos de Assistência Social e da Criança e do Adolescente, ainda na questão da natureza da participação, chama a atenção outro aspecto. Esses conselhos estão servindo para normatizar e regulamentar convênios e parcerias. É sua função principal. Alguém já falou aqui que fazer política social hoje significa estabelecer parceria com entidades privadas. Os conselhos têm normatizado esse processo. Muitas vezes, esses dois conselhos exercem muito mais um controle sobre a sociedade do que sobre o próprio Estado! Vigiam muito mais as entidades do que o Estado! Não digo que isso seja ruim, pois, em uma área em que temos muitas dificuldades, em que as ações são extremamente pontuais, um esforço de articulação é fundamental. O problema é a forma como isso se realiza. Parece-me que, nesse caso, conselho e governo

operam a partir de um mesmo registro do que seja fazer política pública, com uma lógica fragmentada, setorializada, focalizada. E, e dentro desse universo há uma divisão de funções. O governo elabora a política, as entidades a executam e os conselhos a normatizam, e, mesmo que os conselheiros lutem contra isso em um ou outro local, de certa forma estão acomodados a essa função.

É claro que entre esses conselhos há trajetórias políticas distintas, as relações do conselho com a trajetória de sua política pública específica, a própria história dos conselhos... pego aqui sem cuidados, obviamente, os pontos mais destacados. É preciso fazer, depois, as devidas diferenciações, e o trabalho busca fazer isso.

2. A composição dos conselhos também foi algo que chamou muito a atenção na pesquisa. Todos os estudos demonstram que há uma elitização na participação nos conselhos, e quanto mais técnico for o conselho, mais claro isso fica. Em geral, os participantes possuem o nível superior, têm uma renda que os coloca pelo menos na classe média. Enfim, o perfil médio demonstra que não são as classes subalternas que têm assento. Então, é preciso considerar que o custo da participação é muito alto. Um usuário do Conselho de Saúde em São Paulo me dizia que participa por teimosia. O Conselho de Saúde tem uma atribuição muito grande. As reuniões acontecem de manhã e, muitas vezes, continuam à tarde. Quem participa recebe tíquete alimentação da prefeitura ou do local de trabalho. Na hora do almoço, ele fica lá, com os demais usuários, esperando pela volta dos demais. Não há um café, biscoitos. Quer dizer, que participação é essa? A pessoa não tem nem ajuda de custo para usar um transporte! Está clara a elitização da participação. Esse me pareceu o centro do problema: quem ocupa esses espaços.

Na área de política urbana, desenvolvimento da cidade e meio ambiente (coloquei em uma única categoria), a questão é dramática. Os conselhos de Política Urbana, Habitação, Meio Ambiente e vários outros, em torno de dez, são compostos principalmente por representantes do mercado imobiliário, em uma clara evidência da raposa tomando conta do galinheiro. Estão lá grandes indústrias da construção civil e representantes dos corretores de imóvel, para discutir, por exemplo, habitação social nas cidades. Estão hegemonizando esses espaços participativos. Não há hoje movimentos sociais combativos nas áreas de habitação e meio ambiente ocupando esses lugares. O que nos parece é que esses locais servem para institucionalizar o diálogo do Estado com determinados setores do mercado que foram, desde sempre, interlocutores preferenciais, tanto que estão na lei de criação: FIESP, Federação do Comércio, Sindicato das Empresas da Construção Civil. Esse dado, infelizmente, não está restrito à área de política urbana e habitacional. Nos conselhos de finanças, também são essas as representações presentes.

No caso dos conselhos que têm uma trajetória de militância, como os de Assistência Social, Criança e Adolescente e Saúde, é diferente, mas, mesmo nesses casos, o que se percebe é que quem consegue arcar com os custos dessa participação são as entidades da sociedade civil que possuem mais recursos políticos, administrativos e organizacionais.

Esses são os meus desconcertos, minhas inquietações e angústias que, por enquanto, têm apenas essa forma. Ainda não têm respostas.

A partir dessas pesquisas, concluo que é urgente reverter esse sistema participativo, principalmente na área social. Em São Paulo, temos 14 instâncias participativas. É muita fragmentação, sobreposição, diversificação dos espaços e dos esforços. Até que ponto é necessário

ir tão longe na focalização, na setorialização das demandas? Quem ocupa os espaços? Quem articula as demandas? Participar é custoso; custa tempo, dinheiro, emoção. Muitas pessoas estão estressadas, cansadas, mas não querem desistir, pois ajudaram a conquistar e a construir aquele espaço e se sentem com responsabilidades históricas.

Outra questão que aparece na pesquisa é a dependência dos conselhos das vontades políticas dos governos. O Júnior deu um exemplo claro de como, no Governo Lula porque houve vontade política, o Conselho Nacional de Saúde conseguiu agir. É preciso pensar nessa ligação, em que medida pode-se buscar a autonomia dessas instâncias em relação ao plano administrativo.

Enfim, parece-me que temos distorções significativas. Repito o que disse no início. Parto da convicção de que temos um avanço extremamente significativo. Não foi fácil obrigar as instâncias estatais a se abrirem ao diálogo com o outro. A questão é que esse outro, agora, vem mudando de lugar. Especialmente na área social, a entrada das fundações empresariais tem trazido muitos componentes. Há outro ator, que não é aquela entidade filantrópica clássica que tradicionalmente esteve no campo da Assistência Social. E também não são apenas os setores combativos, de esquerda. Há esse outro ator, com nova dinâmica de imposição de idéias. Por exemplo, vemos uma quantidade enorme de conselhos realizando planejamento estratégico. Não estou dizendo que isso não seja importante, mas a linguagem do mercado está invadindo essas instâncias e precisamos ficar atentos ao que isso significa. A idéia de captar recursos no mercado é o tema do Conselho da Criança e do Adolescente em São Paulo. As últimas atas e resoluções estão voltadas para a capacitação das entidades para esse fim. E, de novo, está muito claro o papel assumido por esse conselho. O Estado planeja, a

entidade executa e conselho vai capacitando a entidade para fazer a ação sem precisar do Estado, usando o mercado. É uma lógica muito complicada, muito diferente daquela que colocou em movimento todo esse processo participativo.

Marcus Vinícius de Oliveira

É bastante instigante a exposição da professora Luciana. Esse tema necessita trabalho e reflexão. O Júnior trouxe o desafio da democracia, e a Luciana traz-nos agora o custo da democracia que tem um preço fixado em tempo, exigências comportamentais, culturais, cognitivas e educacionais para o participante. O Eymard Mourão Vasconcelos afirma que as pessoas, para participarem, têm de aprender a participar. E esse aprender a participar dá-se, no modo institucionalizado, em certa esfera de classe social que não é a sua. Então, há necessidade de se adequar ao modelo, de aprender comportamentos típicos, linguagem, jargões típicos dessa esfera da qual esses grupos normalmente estão alijados. São questões muito importantes e que ajudam em nossa reflexão.

Debate

Fábio Porto – Ceará

Em Fortaleza, existe um grupo de profissionais e ONGs que se reúnem, pois é como estamos conseguindo nos organizar para trabalhar a partir dessas questões aqui levantadas. Então, ao mesmo tempo em que temos a sensação de identificação de angústias e inquietações, procuramos vislumbrar alguns horizontes de atuação nesse mar de contradições e exigências que a realidade parece nos colocar enquanto psicólogos. Ao mesmo tempo, temos deficiências em dar corpo a dificuldades que, aparentemente, são discussões próprias das ciências políticas e sociais, mas que vêm provocando constantemente a Psicologia. E mais, dificuldades de operacionalizar essas discussões dentro de nosso saber e transformar isso em alguma intervenção efetiva. Podemos dar corpo concreto a essas reflexões que nos angustiam e inquietam, mas, como traduzir isso em intervenção?

Parece-me que, no contexto em que vivemos, abrindo espaços, inclusive em termos de mercado, nas políticas públicas e na Política Nacional de Assistência Social, por meio dos Centros de Referência em Assistência Social, CRAS, e dos Centros de Referência Especializados em Assistência Social, CREAS, e diante de todas as questões por vocês colocadas, principalmente as da participação social de uma forma mais concreta, do controle social e a do financiamento, surge a inquietação sobre como a Psicologia está se preparando para atender a esse chamado, dando respostas a essas exigências que as realidades social e profissional estão nos colocando, especialmente da forma concreta expressa nas políticas públicas.

Também queria lembrar a NOB/RH do SUAS, publicada em dezembro de 2006, que regulamenta a perda do espaço dos psicólogos dentro da equipe mínima

do CRAS. Quando os CRAS foram criados, a equipe era formada por dois assistentes sociais, dois psicólogos, apoios administrativos, estagiários e coordenador. A partir de dezembro de 2006, a equipe mínima para municípios de médio e grande portes e para metrópoles passou a ser formada por dois assistentes sociais, preferencialmente um psicólogo, estagiários e apoios administrativos. Em municípios de pequeno porte, a presença do psicólogo é facultativa. Não é uma questão de reserva de mercado. Há outras reflexões, como, por exemplo, nós chegamos a ingressar nessa política de Assistência Social, e qual seria o motivo para a redução do espaço, qual a relação que isso tem com as respostas que deveríamos produzir em nossas atuações nessas políticas? Será que se justifica nossa presença nessas políticas públicas? Estamos desenvolvendo uma atuação adequada, pertinente e efetiva nas políticas?

Magali Oliveira – Manaus

Após a expressão do colega que me antecedeu, sinto que fomos colocados em um lugar para o qual não estávamos preparados. Quando me vi como coordenadora de um CRAS, saindo da academia e sem estudar as políticas públicas por algum tempo, senti-me insegura e com grande responsabilidade de representar ali minha categoria, os psicólogos. Diante de tamanha angústia e perda com tantas coisas que tinha de fazer, sem sentir apoio de qualquer lugar, nem do Conselho Federal, nem do Conselho Regional, e sem meios para desenvolver um bom trabalho que pudesse, inclusive, ser referência para o meu grupo de profissionais, fui em busca de uma pós-graduação em planejamento de projetos sociais. Então, penso que essa perda de espaço deve-se também ao fato de estarmos perdidos diante do desafio. Tivemos momentos de conflitos na divisão de tarefas no CRAS e, quando os resultados apare-

ciam, a demanda para os psicólogos era mínima. Não tínhamos trabalho a apresentar! Não sabíamos o que fazer. Não houve treinamento. Penso que devemos ter diretrizes para a capacitação dos psicólogos na área de Assistência Social, na implantação das novas políticas, para que possamos desenvolver um bom trabalho e, a partir daí, requisitar espaços no mercado.

Maria da Conceição – CRP 03 – Bahia

Recentemente, tivemos, no Fórum Regional de Psicologia e Saúde Pública, na Bahia, a presença da psicóloga Sandra Fagundes. Ela nos falou sobre os desafios políticos do SUS e fez uma referência e uma provocação que trago aqui hoje. Ela disse que, de maneira geral, os sindicatos reivindicam planos de saúde para seus associados, e não a melhoria do SUS ou algo nesse sentido. Não sei o que vocês pensam disso.

Ela fez uma segunda provocação ao dizer que, quando o SUS chegar ao Rio de Janeiro e a São Paulo, talvez dê certo no restante do Brasil. Então queria saber se o SUS chegou ao Rio e a São Paulo e sobre o fato de os sindicatos quererem planos de saúde ou benefícios semelhantes para os seus associados.

Richarles – UFRJ

Há dois anos, foi criado o Conselho Nacional da Juventude. Hoje esse conselho tem, aproximadamente, 120 conselheiros, 2/3 dele sendo representantes da sociedade civil e 1/3, do poder público. Em novembro do ano passado, realizamos o primeiro Seminário Nacional do Conselho Nacional da Juventude, em Niterói-RJ, e percebemos que não somente a juventude desconhecia a existência do conselho como também a academia e a sociedade civil, de maneira mais ampla. Corroborando um pouco com a pesquisa da professora da Unicamp,

ficamos muito incomodados com o fato de o conselho não conseguir representar as aspirações da juventude. Também o Conselho da Juventude é composto, em sua grande maioria, por jovens de classe média que se propunham a representar quilombolas e trabalhadores rurais, mas moram nas grandes metrópoles, nos centros urbanos. Ouvindo os dados preliminares da pesquisa, queria ressaltar que ela reflete muito o vivido no Conselho Nacional da Juventude.

Pedro Paulo – CRP-05 – UFRJ

Queria dizer para a Luciana que não somente aceito como fui atravessado pelas suas provocações em relação a pensar sobre os espaços participativos e não só pensar uma instituição enquanto estabelecimento, mas pensar no fato de ela ser, principalmente, um modo de funcionamento. Quando pensamos sobre o espaço de formação universitária, não é por acaso que essa famosa tríade ensino-pesquisa-extensão não seja igualitária, no sentido de que hoje temos muito mais recursos para ensino e para a pesquisa, sendo que, para aqueles que fazem extensão, não há nem espaço no *curriculum vitae* para que ela possa ser registrada. Ou começamos a chamar nossas extensões “de pesquisa” ou fazemos de conta que não há extensão! Entendo que essa política não seja feita por acaso. Então, como nós queremos, de fato, como psicólogos ou como qualquer outro profissional oriundo da academia, pensar em política pública, se, dentro da própria academia, não há a mesma valorização dos outros aspectos que compõem a formação universitária?! Ou seja, como pensar em uma formação universitária que forme de fato e não deforme? Como podemos, enquanto coletivo, fortalecer a extensão universitária como parte, sim, de uma formação, e que deve ser tratada igualmente como ensino e pesquisa?

John – Ceará

O Júnior disse que, no Brasil, há legislação para quase tudo, porém, por ser um país bem servido em termos de legislação, às vezes são criados paradoxos com alguns espaços de participação legitimados, que podem ser ou não fortalecidos conforme a gestão governamental, mas estão ali previstos. Conforme os profissionais e usuários apropriam-se desses espaços, podem facilitar antigos modos de participação, nos quais se legitima ainda certas hierarquias entre categorias. Então, fiquei me perguntando como vocês avaliam atualmente essa dimensão qualitativa dos modos de participação que estão sendo construídos dentro desses espaços, para que sejam realmente conquistas em mutação, e não ser considerado privilégio o usuário estar participando das reuniões? Como está o aspecto formativo da participação desses agentes de transformação que estão assumindo esses espaços legitimados?

Batista Júnior – Presidente do Conselho Nacional de Saúde

Quando a pessoa perguntou se o SUS já chegou ao Rio e a São Paulo, posso responder que a maior parte dos portadores do vírus HIV atendidas pelo SUS estão no eixo Rio-São Paulo. A grande maioria das pessoas que conseguem realizar transplante pelo SUS também é de lá, naturalmente, até pela densidade populacional. A grande maioria que tem acesso à vacinação pública é do Rio de Janeiro e de São Paulo. Então, o SUS já chegou ao Rio de Janeiro e a São Paulo há muito tempo. Talvez, quando a pessoa se referia à chegada do SUS nesses locais, tenha destacado a cultura própria de cada região, pois a cultura dos planos de saúde privados, nos dois estados, é muito forte, mas o SUS tem uma universalidade tal que, em um primeiro momento, as pessoas

não conseguem perceber. Mas, de alguma forma, o SUS permeia toda a população brasileira. Por exemplo: quando qualquer pessoa sofre um acidente automobilístico na grande metrópole, é socorrida e levada ao hospital público. É o SUS que está ali, atuando.

Vocês fizeram observações e abordaram questões muito interessantes, entrelaçadas de alguma forma e que mereceriam outro debate. Quando o Fábio, por exemplo, questiona se o contexto atual favorece a participação social, eu diria que não. A conjuntura que enfrentamos hoje é desfavorável e muito difícil. Quando a Luciana fala sobre o desgaste dos conselheiros, lembrei-me dos conselheiros de saúde. Há um desgaste muito grande para os conselheiros, que não conseguem ver os resultados mais palpáveis de sua ação, e não conseguem ver os resultados imediatos por vários motivos. Primeiro, por toda a dificuldade de inserção e solidificação da participação social dos conselhos de Saúde; segundo, porque todas as dificuldades de ordem cultural continuam existindo. Não é fácil a vida daqueles que optam pela participação social. Há as dificuldades por parte da conjuntura e há nossas próprias dificuldades.

Sobre os sindicatos reivindicarem planos de saúde privados, eu, particularmente, acho um absurdo. Se a pessoa quer seu plano de saúde, que pague por isso, mas os sindicatos envolverem-se nisso é mais do que uma contradição. Fui dirigente de um sindicato dos trabalhadores em saúde e ele acabou de aprovar, agora, plano de saúde para todos os trabalhadores de saúde do estado do Rio Grande do Norte. É um sindicato dirigido por uma corrente política considerada revolucionária, desse pessoal que a Luciana fala que não quer nem participar de conselho. Sou totalmente contra. Não estou dizendo que as pessoas que queiram optar não tenham o direito de fazê-lo. Têm, sim, até

em função das dificuldades de acesso ao sistema. As pessoas que quiserem ter seu plano têm todo o direito de comprar e pagar por ele.

Sobre as dificuldades de ordem conjuntural, são realmente imensas. Nessa disputa com o Neoliberalismo, nós, trabalhadores, perdemos. Trabalho em um hospital que tem nove farmacêuticos; o único que só tem um emprego do Estado sou eu. Todos os meus colegas têm mais dois ou três vínculos, e, pior ainda, me acham um perfeito idiota, que quer ser diferente dos outros porque opta por ter somente um emprego e viver do meu salário. Estou satisfeito com ele? Absolutamente, não. Está longe de ser o que acho que mereço como profissional farmacêutico, mas não acho que acumular outro emprego seja solução para mim; pelo contrário, é solução para o meu patrão! Para o meu empregador, é muito bom que eu tenha outro emprego, porque deixo de lutar por melhor remuneração e por melhores condições de trabalho. No entanto, a lógica que domina a classe trabalhadora brasileira é a de ter cada vez mais dinheiro; em segundo lugar, está o individualismo acima da solidariedade. Sei que digo algumas coisas que as pessoas não gostam. Paciência. É a experiência de vida que tenho. E temos, no país e no mundo, uma situação caracterizada por isso. Cada um tenta se virar como pode, sem preocupação com o restante da sociedade. O sentimento de solidariedade é muito tênue hoje em dia.

Quando o John fala a respeito da avaliação que temos sobre participação, tenho a dizer que era muito questionado nos debates que fazia, porque dizia que não existe controle social no SUS. Nós somente conseguimos enfrentar situações adversas, primeiro se as diagnosticarmos corretamente; segundo, se explicitarmos as dificuldades; e, terceiro, se as enfrentarmos. Dizer que os conselhos de Saúde no Brasil cumprem

seu papel é falso, e isso não é porque não queiram. É porque há todo esse “caldo” de cultura já colocado para vocês.

Para concluir, quero dizer que a participação social é um penoso processo em construção, que enfrenta uma conjuntura adversa. Falei dos avanços do CNS, o que não foi fácil. Hoje há uma gestão no Ministério da Saúde que me dá a certeza de que o processo será muito difícil para o Conselho Nacional de Saúde. Essa gestão tem uma visão de participação social diferente da que nós temos é onde entra a academia. Temos de mudar a formação universitária, que é elitista, segregacionista, divisionista e totalmente sem sintonia com nossa realidade, voltada para um modelo privatista, egocêntrico. Precisamos reconhecer uma situação concreta. O Conselho Nacional de Saúde está fazendo esse debate e já aprovou uma resolução com nova forma de abertura para cursos na área de saúde, que tem de passar pelo CNS, pelo debate com a sociedade civil, obedecer a determinados critérios, pois não se pode continuar a criar cursos na área de saúde com o intuito exclusivo de obter lucros. Tem de haver preocupação social na formação acadêmica. Enfim, é um debate que está sendo construído e eu estou otimista em relação a ele.

Luciana – São Paulo

Em São Paulo, a questão dos CRAS e dos CREAS está muito complicada. Há falta de profissionais e os profissionais engajados têm tido muita dificuldade em cumprir o seu papel, porque, de fato, não há condição de responder à demanda, pois são poucos, e a exigência é grande. Há uma enorme precarização na aplicação da LOAS.

Temos de lembrar que a história de São Paulo é muito peculiar. Tivemos o governo Erundina e, depois, vivemos oito anos sob a administração de Maluf e Pitta, que desconstruíram tudo. Nesse tempo, o Conselho

de Saúde foi impedido de funcionar e, apesar de muitos movimentos terem levantado a bandeira da LOAS, São Paulo foi uma das últimas capitais a incorporar os princípios da Lei Orgânica da Assistência Social. Então, há uma situação política e social bastante complexa em função dessa trajetória. Tentou-se um recomeço na gestão Marta Suplicy, mas com muita dificuldade. Um traço específico da participação de lá é o de que os conselheiros têm de entender o que significa fazer o controle social em uma cidade como São Paulo, onde a incorporação desses novos marcos legais está sendo feita agora. Então, é uma especificidade bastante grande, que intensifica os desafios.

Chamou-me a atenção quando o Richarles falou do Conselho de Juventude e do isolamento vivido. Esse é um problema de todos os conselhos, voltados mais para si mesmos do que para a sociedade. O diálogo acontece mais com o Estado e menos com a sociedade civil, e, mesmo com o Estado, é um diálogo que não está pautado pelas diversas instâncias, mas está em nível de Executivo, e, em geral, focado em uma secretaria específica. Nem a idéia de ampliação para a Câmara de Vereadores e para as assembleias legislativas existe. O conselho está muito voltado para si mesmo, e isso se reflete no fato de que o assunto que os conselhos mais discutem é o seu próprio funcionamento interno. Esse é o tema que mais ocupa a pauta de discussão dos conselhos. São minúcias, procedimentos, fechamentos, rituais. Não há capilaridade social. Isso precisa nos levar a rever esse sistema participativo. É preciso realizar o debate sobre como ampliar o diálogo com os outros atores, tanto da sociedade civil como do sistema político. Temos de pensar a relação com a Câmara de Vereadores, com a Assembleia Legislativa, com outras instâncias. Sem capilaridade, fica-se isolado da sociedade e do próprio sistema de maneira geral.

O Fábio expressa como o psicólogo entra nesses espaços, tocando em uma dimensão muito importante, que diz respeito às simetrias de poder dentro dos espaços participativos. É a lógica do discurso competente. A Marilena Chauí tem um livro bonito, *O Discurso Competente e outras Falas*, que trata disso. Chega-se a um espaço onde há usuário, médico, psicólogo e eu, quem sou? Tenho direito de falar? No geral, há uma reprodução dessas assimetrias dentro do conselho. Uma ocasião importante em que isso se apresenta é no debate em torno das questões relevantes. Geralmente, quando o usuário tenta propor uma pauta, alguém alerta que ele está confundindo, que aquela é uma questão menor, que aquele não é o fórum adequado para tratar do assunto. A possibilidade de estabelecer, com o outro, um diálogo como igual é morta no nascedouro. Isso é o que mais aparece nas atas que li.

Sobre a questão da extensão universitária, o Pedro Paulo está certíssimo, e gosto da forma como ele faz o registro. Acho péssimo pensar sobre a extensão universitária como aquilo que a universidade tem para levar para a sociedade. O máximo que conseguimos fazer é elaborar as perguntas. Não temos as respostas. Elas somente podem ser construídas com o outro. Então, de fato, o tripé ensino-pesquisa-extensão está capenga, porque uma perna, a extensão, não é valorizada, e, quando parece ter algum valor, ocorre no sentido de que a universidade tenha de levar alguma coisa, tratando o conhecimento como uma cesta básica. Minha opinião é a de que, se for para fazer extensão universitária dessa forma, é preferível nem fazer. Ela tem de ser um processo coletivo de construção do conhecimento com o outro, que é sujeito, e não objeto.

Maria Odete

É verdade que estamos na contramão de uma série de processos em que esperávamos avançar. Mas, qual é a experiência exitosa, do ponto de vista da participação popular? Isso é praticamente utópico idealista e, ao mesmo tempo, é nossa obrigação aprender fazendo, pois não temos modelo para isso. Temos modelo para a felicidade geral das nações, dos povos?! Não temos respostas prontas e modelos a nos inspirar para afirmar “esse dá certo”. Pode haver experiências pontuais aqui e ali, mas um modelo mais global não temos. Sabemos mais ou menos o que queremos, mas não sabemos como construir o que queremos. E sabemos muito bem o que não queremos.

Do ponto de vista da participação popular nessas esferas, desde a participação no orçamento participativo até a participação nos conselhos, onde parece que não é para definir, e, sim, para colaborar na política pública, a classe trabalhadora tem problemas históricos: por exemplo, o aparelhamento. Não tenho a prática, pois estou muito voltada para a academia desde a eleição do Lula, mas fico imaginando como o PT, que tem experiência de reuniões, encontros, assembléias, participa desses fóruns. Esses petistas são agora movimento social, governo, só petistas, e existem aqueles que são só governistas e nem são do partido, ou seja, o problema é fazer falar aquele que, de fato, deveria estar falando. Quando Luciana diz-nos que está nas atas que, quando uma demanda popular aparece, não é considerada relevante, e se discute ritual, lembra-me muito as plenárias dos partidos políticos, em que as questões de ordem são imensas e, após, há extensos encaminhamentos sobre as questões de ordem, ou seja: decide-se no encaminhamento como discutir a questão, o seu próprio resultado.

Então essa prática, que, na verdade traduz-se em sua ponta, ainda dentro dos marcos da democracia representativa, é extremamente complexa. A própria democracia representativa, o próprio PT nessa democracia e a opção pelo lado parlamentar, trazem a questão sobre o que inventaremos para colocar no lugar. Não se trata de fazer críticas; trata-se de problematização. Em alguns momentos, existe uma força pragmática muito forte para se buscarem resultados nesses espaços, mas, por outro lado, essa força pragmática também está no embate daquele que quer criar confusão. O pragmatismo leva à mesmice do resultado, sem qualquer criatividade.

Poliana – Maceió

Gostaria de fazer uma pergunta para a Luciana. Você disse que existem muitas instituições, conselhos, entidades, centros, voltados, muitas vezes, para a mesma demanda. Então, gostaria de saber se, calcada em sua experiência, você não acha que seria mais interessante fazer uma rede com todas essas instituições, mesmo tendo várias organizações para as várias demandas, ou se seria melhor fazer uma unificação. Acredito que seria mais fácil construir uma rede e evitar que a demanda polarize-se muito. Vemos um pólo aqui, um pólo lá, e fica difícil ter a avaliação completa de um município ou de um estado.

Marcos – Bahia

Gostaria de me dirigir à Maria Odete, pois em sua exposição, não entendi direito a questão do Estado. Precisamos discutir os mecanismos do Estado, que evolui historicamente, e, nós, como cidadãos e agentes federativos, temos de pensar sobre isso. Então, gostaria de saber se ela acha que há possibilidade de escapar da lógica capitalista, que, ao mesmo tempo, paga-nos e

legitima-nos para exercer uma função. Não sei se esse Estado é um monstro, se caímos na ótica individualista ou social. Gostaria de debater melhor esses pontos.

Adna – Ceará

Em relação à política de saúde, estamos discutindo a participação, o controle social, a possibilidade de democratização e que democratização é essa. Trago aqui a questão do Ato Médico e de como podemos pensar em uma política no SUS com uma compreensão de saúde tão ampliada, diante de uma lei que está prestes a entrar em vigor.

Alice – UFRJ

Como estudante de Psicologia de uma universidade pública, penso em minha atuação como cidadã e, embora não consiga vislumbrar muito bem essa questão dos conselhos e de suas gestões, tocaram-me muito as falas da Luciana e do Júnior e gostaria de saber como tratar isso dentro da universidade. Na universidade, existem espaços de participação, mas os estudantes, muitas vezes, ou não participam ou participam de uma forma muito submissa. A questão que me move muito é que acho que essa posição do estudante, especialmente o da universidade pública, legitima esse elitismo, a aristocracia do professor, do profissional, do doutor. Da mesma forma, somente existe imperialismo porque há nações que se submetem, só existe esse elitismo porque, lá no princípio da formação do estudante, há o desejo de estar também no topo da elite.

Júnior

Quero começar com questões anteriores e dizer que é verdade que os conselhos podem estar legi-

timando o *status quo*. A legislação não é suficiente, porque, por si só, não muda a cabeça das pessoas, não muda a cultura. Sou um socialista e não tenho medo de dizer que sou um reformista no bom sentido. Aliás, tenho o Bernstein como um teórico muito sólido em suas elaborações e acho que o reformismo pode ser revolucionário, inclusive. Não o que está aí colocado. Quero, com isso, chamar a atenção para o fato de que precisamos nos convencer de que temos um desafio muito grande, que passa pela mudança cultural. Houve duas intervenções sobre o Ato Médico e, agora, essa questão colocada pela Alice. Falei sobre o avanço que houve no CNS em relação ao processo de escolha dos conselheiros. Pois bem, esse processo eleitoral passou três anos paralisado, porque a categoria médica não admitia que, como todos os demais representantes, perdesse a vaga cativa que até então tinha no Conselho Nacional de Saúde. Acreditavam que, por serem médicos, tinham vaga garantida. E hoje não têm essa cadeira cativa no CNS.

Ontem fiz uma intervenção com os parlamentares que, posteriormente, gerou polêmica. Eu disse que temos um modelo de atenção à saúde totalmente desvirtuado, que privilegia a privatização, e que temos um modelo de atenção à saúde centrado em um único profissional: o médico. Citei dois exemplos: primeiro, disse que viajo o Brasil todo há muito tempo e que nunca tinha visto um usuário, ou qualquer pessoa, quando avalia o sistema de saúde, reclamar da falta de psicólogo, de farmacêutico, de enfermeiro, de nutricionista ou de assistente social. Citei um segundo exemplo. Tive a preocupação, quatro anos atrás, com outros colegas de várias categorias profissionais, de ir a um centro de saúde que funciona 24 horas e que tinha atendimento ambulatorial especializado. Distribui, por dia, aproximadamente, 30 fichas, e a fila começa a se formar às

17 horas do dia anterior. Duzentas pessoas dormem na fila, para buscar serem atendidas pelo médico. Lá chegamos às 6 h da manhã, fomos conversando com todas as pessoas que estavam na fila, e não tivemos a menor dúvida de que, pelo menos, 60% das pessoas poderiam tranquilamente ser atendidas por outro profissional que não fosse o médico. No entanto, todos queriam um médico que, ao final, prescrevesse um medicamento, pois, se não o fizesse, a pessoa não acreditaria nele. Então, quem tem de mudar essa cultura somos nós, e mudamos a cultura nos mínimos detalhes. Para exemplificar, conto que arranjei uma briga com a equipe de Comunicação do Conselho Nacional de Saúde porque, toda vez que iam ser colocadas as categorias profissionais nos documentos, a equipe começava pelos médicos e seguia como se houvesse uma ordem hierárquica. Pedi para cortar aquilo e passar a colocar a relação em ordem alfabética. Alguém pode dizer que isso é tolice. Não é. A cultura conservadora da hierarquização é construída nos pequenos detalhes, que, aparentemente, passam despercebidos. Esse é um debate que posso fazer com a maior tranquilidade e o maior empenho.

Luciana

Minha tese de Doutora foi sobre rede, em Vitória-ES. Pesquisei uma experiência da Prefeitura Municipal de Vitória para construir a Rede Criança. Eu achava que era uma questão local e parecia-me interessante, mas, em São Paulo, também há uma proposta muito semelhante. Também lá havia um governo do PSDB, financiado pelas mesmas empresas. Sabemos que a rede assistencial é extremamente competitiva, pois as entidades disputam recursos, prestígio, poder. Toda proposta de articulação é muito difícil e extremamente necessária. Eu a vejo como a única saída, inclusive, mas deve ser feita sob bases democráticas.

Tem de, de alguma maneira, convergir para alguns princípios comuns que as entidades de fato defendem. A participação das próprias entidades é muito complicada, porque, em geral, todas têm convênios com a prefeitura, e essa é uma dimensão cerceadora. Muitas entidades têm medo de enfrentar o prefeito, enfrentar o secretário, debater com eles, pois correm o risco de perder o convênio no próximo ano. Então a participação das entidades nesses espaços esbarra principalmente na autonomia financeira.

Gostei bastante de a universidade ter aparecido de novo. Na Unicamp, temos vários espaços de participação, mas, em geral, os alunos que querem participar são aqueles bastante instrumentalizados por partidos políticos. Essa situação dificulta o diálogo, pois estão sempre no tudo ou nada; se não se aceita fazer a revolução, se é neoliberal; e ocorre o empobrecimento do debate. Há dificuldade de viver a pluralidade e a diversidade da universidade, e, muitas vezes, os alunos com participação estão vinculados a partidos que somente aceitam uma única via para um conjunto de questões que vão do micro ao macro.

Maria Odete

Participo de um órgão de Estado, presto um serviço que é público e, ao mesmo tempo, vejo que esse Estado reproduz a lógica capitalista dentro dos marcos da atual ordem mundial. Sei que a universidade pública também atende a essa lógica, e de várias formas, desde a precarização do trabalho até a falta de boas condições de ensino. Não dá para eu dizer que não vou dar aula porque não concordo com esse tipo de universidade. Serei demitida. Cada categoria tem seu espaço, maior ou menor, até para expressar suas angústias. Como trabalho com Ciência Política e Ciência Social, minhas aulas são espaço de crítica

permanente à ordem estabelecida, desde a perspectiva histórica até a contemporânea. Por outro lado, esse discurso, que é de sala de aula, a troca com o aluno, por mais que inove em termos de prática democrática, de condução conjunta, de estabelecer o diálogo com o aluno, com o autor, que traga os problemas da conjuntura, será totalmente inoperante enquanto semente se minha prática não condisser com o meu discurso. A prática passa pelo tratamento do público. O público é tratado para potencializar as suas demandas que não estão sendo atendidas? O público é esclarecido sobre os seus direitos, inclusive com ponderações? As pessoas devem saber que, às vezes, não há o atendimento por problemas históricos, e não podemos proclamar que não haverá o atendimento e que todos devem ir à esquina fazer a revolução. Mas, por outro lado, sempre há a função, do agente público, de informar ao governo, que é o funcionário público maior. Então tem os que, ao haver a demanda reprimida, buscam os canais que possam levá-los àquele que deve resolver e também dar as devidas explicações àqueles que estão demandando. É preciso ter uma relação franca, que exige coragem, e essa coragem vem acompanhada de alguma respeitabilidade.

Outra questão é que, dentro de cada categoria, é preciso haver organização para realizar aquilo que o público atendido demanda. Essa prática, no trato com qualquer público, é extremamente pedagógica para impulsionar mudanças. Acredito na humanidade. Pode ser que tenhamos uma crise profunda do Capitalismo, chegando à barbárie, mas acredito na superação e creio que, daqui a cinco gerações, possa haver passos significativos. Por isso, não dá para dizer que assim não trabalharemos, porque estamos fazendo somente o que o FMI quer. E também não dá

para mascarar e perpetuar a cultura de um público subalterno, humilhado, ferido em sua dignidade. Essa relação de empatia com o público é muito importante para fazer com que a auto-estima seja inflada.

Com relação aos planos de saúde privados, muitas universidades têm planos de saúde privados e não optam pela busca da melhoria do serviço de saúde público. Existe uma cultura de optar pelo mercado. Enquanto sindicalista, não dá para defender o plano de saúde privado, mas também não dá para dizer que não será encaminhada uma decisão de uma categoria, até porque o sindicato é de todos. Existe uma cultura anterior ao SUS que é por meio da qual, eu acredito, os planos de saúde proliferarão cada vez mais, até que explosões de várias ordens ocorram em relação à mercantilização daquilo que deveria ser direito de todos e que deveria ser universal. São as contradições que vivemos.

Marcus Vinícius

Agradecemos à Maria Odete, ao Júnior e à Luciana. O debate traz aqui questões importantes: o tema do empoderamento da sociedade, dos grupos, da autonomia da sociedade, os limites da democracia representativa, o difícil e quase praticamente impossível equacionamento das relações de poder de forma satisfatória, a questão do enfrentamento dos conflitos e, por último, a necessidade da coragem como um componente político fundamental. Acho que precisamos, efetivamente, e cada vez mais, ser corajosos para fazer os enfrentamentos que nossos palestrantes desta manhã realizam nos seus âmbitos de atuação.

O Conselho Federal de Psicologia e os conselhos Regionais de Psicologia têm buscado assumir também um lugar corajoso, confrontando tradições profissio-

nais elitistas e certos estereótipos que caracterizam essa profissão, para abrir novas picadas onde os psicólogos possam estar a serviço da população brasileira. E não fazemos isso senão mediados por essas instituições construídas, que são públicas, estatais, e pelas organizações do Terceiro Setor, que compõem esse conjunto amplo de espaços por meio dos quais levamos nosso serviço às pessoas. Por isso, os dois temas aqui tratados, o do Estado e o da participação, são muito importantes e, com certeza, considerados em nossas avaliações e ações.

Mesa-redonda Políticas Públicas e Psicologia: potencialidades e desafios dessa relação

Elisa Zanerato

Coordenação

Conselheira do Conselho Regional de São Paulo - CRP 06

A mesa-redonda desta tarde vem com o desafio de debater *Políticas Públicas e Psicologia: potencialidades e desafios dessa relação*. O trabalho do período da manhã trouxe a questão de se pensar sobre o Estado, sobre a nossa participação na elaboração das políticas públicas enquanto sociedade e cidadãos, e sobre o processo, nesse momento histórico, de construção dessas políticas.

Agora precisamos pensar em como a Psicologia coloca-se nesse campo; como nós, psicólogos, disponibilizamos nosso fazer para as políticas públicas como garantia dos direitos sociais. Temos esse desafio porque, quando pensamos nessa relação, há um conjunto grande de questões em que precisamos avançar, construir reflexões, desenvolver um pensamento crítico e concreto. Não basta dizermos apenas da necessidade de a Psicologia adentrar o campo das políticas públicas, mas precisamos dizer como faremos isso, com que referências, como nosso modelo de atenção coloca-se nesse campo. Enfim, são sobre essas questões que debateremos nesta mesa.

Eduardo Henrique Passos Pereira⁵

Exposições

Esta mesa indica uma direção que nós, psicólogos, temos de engrandecer. Digo isso a fim de garantir as bases para um debate de muita relevância. Entendo ser essa uma forma de resistência a uma tendência ainda dominante que toma a Psicologia como um saber da experiência do privado, da experiência individual. Ressaltar a necessidade de pensarmos sobre a relação entre a Psicologia e o domínio do público tem aqui uma aposta que afirmo ser da ordem da resistência, e apostar em uma contratendência hegemônica e fazer, então, esse movimento de resistência no sentido positivo, portanto, na compreensão política que se pode dar a essa noção, obriga a Psicologia a fazer um desvio. Quero abordar rapidamente o que entendo ser essa competência, essa *expertise* da Psicologia e dos tecnólogos da subjetividade formados por ela na experiência do desvio. Fazer esse desvio da Psicologia é engajá-la em um movimento crítico. Penso que o CFP esteja nos convocando a experimentar um ponto crítico, no qual somos forçados a fazer uma arguição crítica do que está em nós instituído e, experimentando a crise que daí advém, acionar processos de mudança. Esse é um movimento de mudança que se faz pelo atijamento da força crítica que a Psicologia experimenta quando se articula com o campo das políticas públicas.

Quero partir da pergunta: qual é a política da Psicologia? E quero defender a idéia de que a política da Psicologia seja uma política pública. Não há como enfrentar os desafios da tecnologia da subjetividade no contemporâneo se não afirmamos esse compromisso com o domínio do público e fazemos, a partir disso, o movimento da contratendência hegemônica. É lógico que, falar disso, é falar de um campo amplo: a Psicologia é um campo muito amplo. Por isso, esse debate

⁵ Doutor em Psicologia, professor do Centro de Estudos Gerais do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, integrante da equipe clínico-grupal do Grupo Tortura Nunca Mais, do Rio de Janeiro, coordenador do Curso Nacional de Formação de Apoiadores Institucionais do Ministério da Saúde, tendo sido consultor do Ministério da Saúde para a Política de Humanização do SUS-Humaniza-SUS, de 2003 a 2005.

modula-se na complexidade, e serei, então, obrigado a fazer uma delimitação. Quero falar de certo lugar no qual tenho uma militância, um trabalho não só de pesquisa, mas de intervenção: é o campo das políticas públicas de saúde e, mais especificamente, das políticas públicas de saúde mental.

Pensar sobre a prática do psicólogo no campo da saúde mental é pensar sobre certo setor do trabalho da Psicologia, buscando ressignificar a noção do cuidado, da atenção ou da clínica, que se faz não mais em um espaço limitado, privado, mas convocado a certa aventura que gostaria de designar como transdisciplinar, que vive em uma certa relação fronteiriça, em uma certa experiência de limite da Psicologia com o que não é a Psicologia, na vivência de certas interfaces. Essas interfaces comprometem o psicólogo com o que denomino plano do público.

Falar de saúde mental é falar de uma aposta na invenção de formas de cuidado e de outras formas de relação dos trabalhadores em saúde, incluído o psicólogo, seguramente, substituindo modelos tradicionais de cuidado e de gestão dos processos de cuidado que designamos de maneira genérica como modelo manicomial. É nesse sentido que a saúde mental no Brasil definiu-se como um campo que chamamos de luta, de movimento - o Movimento da Luta Antimanicomial. A luta antimanicomial tem caráter político que se apresenta imediatamente como de beligerância e, portanto, de resistência a certos modelos e a certas práticas autoritárias que se impuseram no país de maneira sintônica com o estado de exceção que se instaurou entre nós em 1964.

Nos anos de 1970 e 1980, vimos ganhar expressão um movimento instituinte, um poder de proposição de fórmulas institucionais que a reforma psiquiátrica toma para si em um evidente processo de institucionalização. Temos, então, uma evidente forma de luta

no campo da saúde contra o autoritarismo do Estado, que se apresenta também nas práticas de saúde a partir de uma versão modulada desse autoritarismo presente no “centripetismo”, seja do modelo hospitalocêntrico, seja do modelo medicocêntrico. É uma maneira de gerir a partir de um centro de ressonância, característica de todas as formas de totalitarismo.

Na saúde, empreendemos nossa luta contra o autoritarismo, e essa luta, no campo da saúde mental, fez-se na forma da resistência antimanicomial, criando um movimento no qual nos engajamos. Nos anos de 1970 e 1980, pegamos a “onda” que se levantou e que, exatamente pelo que convocava, mobilizou muitos companheiros que estavam, de alguma forma, indignados e inconformados com aquela maneira de organização dos sócios. O enfrentamento ao autoritarismo colocasse nesse engajamento.

E a história vai cumprindo a sua dinâmica. Vivemos, então, outros tempos, confusos, em que muitos acreditam que não haja mais sentido em tais engajamentos, porque já não tem significado fazer oposição entre esquerda e direita, já que a política parece ter perdido seu sentido público, tendo sido toda comprometida por uma apropriação na forma da corrupção, dos interesses corporativos e lobistas, dos interesses locais e privados. Experimentamos uma grande decepção, e vai se gerando, em consequência (e para nós, tecnólogos da subjetividade, é muito importante podermos avaliar esses efeitos que se fazem a partir da organização de sócios), uma indiferença, uma certa apatia, uma desencrença. No entanto, condições oportunas são criadas para uma outra “onda”, uma “onda” sinistra, porque conservadora, uma *tsunami* que se aproveita da certa confusão, da certa experiência de crise, para instalar, então, práticas conservadoras. É nesse sentido que ouvimos o discurso retrógrado dos que querem fazer crer

que os movimentos, como o da reforma psiquiátrica, estavam equivocados, que a militância da luta antimanicomial estava errada.

Fomenta-se, então, um antagonismo entre os trabalhadores de saúde mental, ao se defender a idéia de que a Psiquiatria e seus métodos clássicos, seus dispositivos de intervenção, são os únicos meios para tratar com eficiência e rapidez a situação de sofrimento psíquico. Vai se recusando o pressuposto conquistado, construído a duras penas no campo da saúde mental pública, de que a saúde mental faz-se em coletivos, em equipes multidisciplinares e co-responsáveis. O projeto dessa “onda” conservadora é claro: aproveitar esse momento de crise dos espaços públicos e das políticas instituídas para fazer valer o conservadorismo. É a defesa do Ato Médico, é novamente a aposta em uma compartimentalização do cuidado, é se investir em uma distinção, em uma separação dos profissionais. Há aí o perigo de darmos vários passos para trás, e esse perigo é o dedesqualificarmos toda aquela experimentação a que fomos levados a realizar quando dissemos que era preciso fazer diferente, que era preciso pensar, sentir e fazer diferentemente, que era preciso articular a clínica com a política. Em outras palavras, há um retrocesso estabelecido pela via da privatização da prática e do cuidado, pela via de uma apartação, de uma separação entre o que é domínio da clínica, do cuidado, e o que é domínio dos espaços públicos, dos espaços de políticas públicas. No campo da reforma, a clínica e a política sempre foram dois domínios que se distinguiam, mas que não se separavam.

O que é a reforma psiquiátrica? Como entendemos esse movimento? Que tipo de aporte ela dá para a prática do cuidado?

A clínica não pode ser definida como o trabalho com o íntimo, com o privado, com essas experiências inte-

riores de um sujeito que se distinguiria e se afastaria de um outro tipo de trabalho que seria dito público ou da política, porque ligado à *polis*, porque preocupado com a cidade e com os modos de organização dos sócios, com os embates entre as forças dominantes e dominadas, com as lutas entre as instituições. O que tínhamos naqueles espaços de experimentação, na reforma psiquiátrica, era um misto, um híbrido que eu chamaria de clínico-político. Mais do que nunca, tivemos a certeza de que não há como realizarmos nossa tarefa do cuidado sem estarmos às voltas com essas questões que seriam da ordem da *polis*, do público e do político.

E por que temos de destacar essa dimensão da política? Por que destacar essa dimensão do público na prática da saúde mental? Por que defender o fato de as práticas da Psicologia no campo da saúde mental deverem ser pautadas por um compromisso público? Por que afirmar a importância da dimensão política de nossas intervenções?

Falamos de política porque estamos falando de modos de produção. Definimos política como o que diz respeito a uma análise, a uma consideração, a uma prática relativa aos modos de produção, e, nesses modos de produção nos serviços substitutivos, nas novas instituições geradas pelo movimento crítico da reforma psiquiátrica, não estamos às voltas somente com modos de produção de bens; sim, também com eles, como nas oficinas de geração de renda, mas, sobretudo, com modos de produção da experiência coletiva: as assembléias, as associações de usuários, as associações de familiares, os grupos terapêuticos, e com modos de produção de outras relações da loucura com a cidade: os acompanhamentos terapêuticos, os dispositivos residenciais, a luta pelo passe livre... além disso, com modos de produção de outras formas de expressão da loucura: as oficinas expressivas, as rádios e TVs

comunitárias, ou seja, diferentes modos e processos de produção estão em curso de tal maneira que produzir saúde torna-se inseparável de produzir subjetividade. Certos territórios existenciais são ali constituídos pensando-se em autonomia, em protagonismo, em coresponsabilidade dos diferentes atores, dos diferentes sujeitos envolvidos nessas práticas de saúde. Clínica e política ligam-se, então, na reforma psiquiátrica; essa ligação não se faz de qualquer modo, não é o resultado de um voluntarismo. É um rigor. E esse rigor é metodológico.

Mas, estamos falando de que métodos? Na etimologia da palavra, há um sentido tradicional de método. Ao buscarmos as raízes dessa palavra, voltamos à Grécia, e encontramos o sentido de *meta*, movimento para além, “além” que orienta as mudanças, e *hodós*, que é um caminhar, um caminho. Método como *meta hodós*, um caminhar pré-determinado por uma meta a ser alcançada, um caminhar pré-definido por um além que, tradicionalmente, foi a verdade, foi aquilo que tomamos como *télos*, uma finalidade, algo a ser alcançado por todos e previamente constituído. Com o sentido de método como *meta hodós*, o caminho é submetido a uma meta, que é prévia e determinante, o que, me parece, subverte-se de maneira surpreendente e esclamadora nas práticas de saúde mental. A subversão, aí, é aquela de quando constatamos uma maneira de andar em um caminho que é percorrido e que nos obriga a pensar no avesso desse sentido tradicional de método. Não há mais, assim, uma meta, *a priori*, que confira um mais além, um valor de fim a ser alcançado. O caminho vai se tornando um ato de produção, um processo de produção de si e uma produção do mundo.

Quero dizer aqui que, mais do que uma forma instituída, interessa-nos, na reforma psiquiátrica, na luta antimanicomial, o que há de movimento, de movimen-

to instituinte. Nesse sentido, a clínica da reforma vai se fazendo em um caminhando, já que as práticas de saúde mental não podem realizar sua tarefa, enquanto instituição, sem se colocarem, elas mesmas, em análise, sem se colocarem em questão. Nesse caminhando, para fazer valer o primado do caminho em relação à meta, para fazer valer não uma *meta hodós*, mas um *hodós meta*, um caminho que constitui uma direção, é preciso fazer valer a força crítica, fazer do pensamento e das práticas da Psicologia uma experimentação crítica. Dessa maneira, a aventura é sempre para fora de nossos especialismos, é sempre transdisciplinar, faz-se em um certo aventurar-se que não pode contar com um domínio já totalmente constituído, como é aquele das nossas disciplinas.

Como, então, pensar sobre o mandato social da Psicologia garantido por ela e, ao mesmo tempo, aventurado em um caminhando cujo método seria o de um *hodós meta*, ou de um caminhando que constitui sua própria direção? Uma aventura transdisciplinar, por um trânsito entre as disciplinas, nas interfaces da Psicologia com a Medicina, com a Terapia Ocupacional, com a Enfermagem e com as outras disciplinas do campo da saúde, mas também com a Filosofia, com a arte, e, sobretudo, para nós hoje, aqui, nesta mesa, com a política?

Convocar a Psicologia para um movimento para fora de si não é jogá-la fora, mas é jogar a Psicologia no mundo e ali permitir que, estando no limite dela mesma, possa se argüir enquanto lugar, enquanto domínio fechado sobre si, para então se constituir diferentemente.

Então, se a meta não é prévia ao caminhando, se estamos dizendo que há um caminhar que constitui nossa meta, o que nos guia? Qual o método da Psicologia nessas experimentações públicas que garante que esses desvios irão se constituir?

Enquanto tecnologia do cuidado, a Psicologia é clínica, e essa clínica tem de ser *klinikós*, tem de ser inclinação, tem de ser *klinó*, inclinar-se sobre *clini*, que é o leito, inclinar-se sobre o leito do acamado. Sim, essa clínica faz-se como acolhimento. Esse cuidado é acolhimento, mas ele é também desvio. É o *klinamen*, é o inclinar-se do movimento desviante, do fazer-se na lateralidade, do colocar-se em outro lugar. Fazer esse movimento, que é de acolhimento, mas que é desvio, entender a Psicologia nesse movimento, que é um movimento também clinâmico, é pensar a prática do psicólogo como um dispositivo, como um *modus operandi* que acontece sempre na relação com o público, é um dispositivo que opera no, por, entre, com, para, através do público. Quero dizer, então, que é preciso entender essa relação, não propriamente substantiva, como uma relação propositiva entre Psicologia e política pública, mas uma relação propositiva porque supõe todas as relações possíveis entre esses termos que se distinguem, mas que não se separam.

E, por fim, quero dizer que há um equívoco que nos ronda, quando estamos nessas aventuras clinâmicas, nessas aventuras trans: o perigo de irmos nos desviando desses lugares próprios, desses lugares disciplinares e tomarmos esse desvio como se fosse uma contra-Psicologia, um desvio para o seu exterior, porque a direção é sempre uma direção outra. Queremos fazer uma afirmação diferente: podemos entender que esse desviar da Psicologia seja a Psicologia mesma se refazendo nessa sintonia, que é urgente, com as políticas públicas que precisam ser revigoradas, e, em nosso mandato social, cabe-nos participar dessa revitalização.

Peter Spink⁶

Quando usamos a expressão política pública, normalmente estamos falando sobre uma postura adotada publicamente por uma autoridade institucional (Executivo, Legislativo ou Judiciário) em relação a um conjunto específico de preocupações. Qual é a política sobre determinado tema? Qual é a posição do Conselho Federal de Psicologia sobre determinado assunto? É uma postura em relação a questões. Ela pode ter o caráter de ser um enunciado explícito ou pode ser um pressuposto implícito; pode ser expressa em regras, pode ser em programas, mas, de alguma maneira ou de outra, refere-se àquilo que os governos escolhem para realizar, onde colocam suas prioridades e seus recursos. Por implicação, também se refere àquilo que os governos escolhem não fazer, porque, quando se diz que a prioridade é essa, também se diz que a prioridade não é aquela. Então, ela tem cortes em dois caminhos.

O uso do termo política pública está relacionado ao Estado democrático moderno e à necessidade de fornecer algumas ferramentas que permitam o mínimo da relação entre quem é eleito e quem elege, entre representantes e governo e entre governo e fornecedores de serviços, porque existe a idéia de que aquilo que se está fazendo, qualquer atividade organizada, é feita propositalmente, com uma razão de ser. Não é aleatória. Então, quando se fala sobre a importância de elaborar ou desenvolver habilidades linguísticas em Espanhol, por alunos de ensino médio, está implicitamente presente nessa expressão que isso é importante e que terá alguma utilidade. Também está claro que isso não acontece por si só, que não será possível que, simplesmente, amanhã todas as crianças estarão falando espanhol, mas acontecerá porque haverá atividades, ações, programas e investimentos. Essa é a idéia que

⁶ Professor da Fundação Getúlio Vargas e de Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Psicólogo social, com doutorado pela Universidade de Londres, professor da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, onde coordena o Programa Gestão Pública e Cidadania, que identifica e dissemina experiências inovadoras de governos locais brasileiros que melhoram os serviços públicos e contribuem para a construção da cidadania.

está presente em política pública. Ela não é um fato, não existe, não é concreta. É uma convenção, elaborada nas democracias, para expressar ação e intenção, uma maneira de discutir mais claramente questões do tipo: “o que você fará sobre isso?” Também é uma convenção que nos permite outras perguntas muito diferentes, como: “quem determina o que será feito?” ou “quem determina quais as questões que entram nas agendas dos governos?”

Expressar essas questões em relação à intenção é útil porque nos permite perguntar “por que certos assuntos atraem a atenção?” ou “por que certos assuntos entram nas agendas das ações públicas?” “e ainda quem garante que entram na agenda e quem determina que outras questões não entram na agenda?” Grupos de pressão, associações profissionais, acadêmicos, pesquisadores, organizadores comunitários e outros são ativamente engajados, ao tentar garantir e manter questões nas agendas das ações públicas, ao tentar influenciar na tomada de decisões.

Essa é uma introdução muito breve, mas, se olharmos política pública dessa maneira, perceberemos que não podemos ser ingênuos em relação a ela. Temos de descortiná-la e dizer o que ela é, como foi formada, quem a influenciou, onde ocorrem os investimentos, onde acontecem as ações. E, quando olhamos isso em um país como o Brasil, federativo, e que, por isso, tem ações municipais, estaduais e federais, com autonomias bastante diferentes entre si, percebemos que o resultado não é claro e concreto; o resultado é um jogo complicado de interpretação, de ação, de omissão, de presunção de ações, porém a linguagem, a retórica da política social, fornece a idéia de que tudo está muito bem organizado, de que os governos são sérios e têm intenções que serão seguidas. Mas, na prática, a grande maioria das pessoas luta por aquilo que considera mais

importante, e tenta garantir a destinação dos recursos para essa área. Então, podemos dizer que o campo teórico da política pública pode ser mais para o administrador público, para o cientista político, e que o terreno prático é onde nós, como psicólogos, por exemplo, devemos nos sentir em casa. Afinal, estamos vendo as pessoas lutarem, brigar entre si, tentar influenciar na destinação de recursos, argumentar e discutir, na melhor das hipóteses, tentar convencer e, na pior das hipóteses, simplesmente impor suas vontades. Esse é o espaço das políticas públicas quando são abertas, expostas.

Público também, como os psicólogos comunitários sempre nos lembram, não é somente aquilo que se caracteriza como ações de governo. Os oficiais de governo e as agências podem olhar a partir de seus escritórios e imaginar uma arena bem organizada de políticas, com coordenação entre agências, em que há implementação e ação que chegam lá na ponta para seus cidadãos, parte de seu país. Ao mesmo tempo, os cidadãos estão provavelmente levando em conta outras questões, organizações e ações, algumas das quais são respondidas por certas agências governamentais, outras por igrejas, amigos, vizinhos, associações, clubes, entidades filantrópicas, e há outras questões que são de ordem particular. Em alguns casos, quem faz o quê pode coincidir. Os oficiais, dos escritórios das agências, e as pessoas, estarão de acordo e, no entanto, em muitas áreas, não haverá acordo. Em ambas as perspectivas, o planejador do serviço que observa o impacto cumulativo das políticas na vida diária das pessoas e nós, em nossas vidas diárias, considerando esse labirinto de quem faz o quê e tentando pensar como seguraremos isso até o final de semana, até o próximo mês ou até a próxima crise, sabemos que há áreas de concordância, mas também que haverá muitas áreas de discordância. Nesse tumulto, repito, como psicólogos, devemos nos sentir

absolutamente tranqüilos; afinal, os tumultos sociais, as confrontações, são o nosso espaço.

É interessante que, na América Latina e na França, essa arena conflitiva e de colaboração parcial e de intercessões múltiplas entre governos, ação governamental e ação social, e entre as noções de público e noções que emergem do dia-a-dia, está recebendo um nome novo: ação pública. Esse conceito é entendido como algo mais do que política pública e ação social, porque há noções diferentes do que seja público e do que seja ação. O uso da expressão é mais um convite para mudarmos de foco, não para cima, mas para os lados, ou seja: ampliar o foco, incluindo mais temas. A ação pública é entendida no sentido amplo, de modo a cobrir as atividades dos poderes públicos e, mais amplamente ainda, de modo a envolver qualquer atividade articulada no espaço público que possua uma referência ao bem comum. Ação pública inclui, no mesmo quadro, atividades diretamente ligadas ao exercício do poder público e aquelas que resultam de atividades dos cidadãos quando manifestam pretensões relativas à vida do coletivo.

Cada vez mais, estamos aprendendo com iniciativas, como, por exemplo, os painéis apresentados nos Congressos Ciência e Profissão, ou no CREPOP, onde os psicólogos estão, de fato, colocando-se. Podem estar trabalhando em uma agência pública e descobrindo que há um espaço e uma demanda de trabalho para além do atendimento individual; podem estar trabalhando em organizações não-governamentais ou entidades da sociedade civil em geral e descobrir que têm de se engajar em negociações com os governos locais, ou podem estar trabalhando nas organizações de base comunitárias, as organizações populares propriamente ditas, e negociar possibilidades de ação. Assim, gradativamente, vão se descobrindo e se posicionando, e,

às vezes, sendo reposicionados nesse horizonte maior, que traz novos desafios e novas oportunidades. Para tanto, será necessário um *kit* diferente de ferramentas, e, talvez o mais importante de tudo, exigirá capacidade de parar de se preocupar com o que seja ou não seja um psicólogo, parar de se preocupar com o que um psicólogo deve ou não fazer e começar a se preocupar em ser útil. Ao fazer esse movimento com o qual teremos de aprender algumas mudanças extremamente sutis e difíceis, alterar a relação interpessoal para o lugar, trabalharemos nos limites. Qual é o limite entre o mar e as rochas? Qual o limite entre a montanha e o riacho? Qual é o limite entre relações sociais e ação social nesse espaço complicado entre institucionalidade e questões organizacionais? Isso sem perder de vista que há gente naquele lugar específico.

Gostaria de falar agora sobre alguns aspectos positivos. Faço parte de um programa chamado *Programa Gestão Pública e Cidadania*, que, durante os últimos dez anos, vem, basicamente, coletando e disseminando experiências inovadoras de governos subnacionais brasileiros, estados e municípios, e dos povos originários que inovam na prestação de serviços e fazem isso de maneira que tenha impacto significativo na construção da cidadania. Nesses dez anos, localizamos algo em torno de oito mil experiências inovadoras, em partes diferentes do país, em quase 900 municípios.

Pontos a serem destacados:

a) 2/3 das experiências registradas são de municípios abaixo de 50 mil habitantes, compostos de territorialidades diversas: espaço urbano, aldeias, povoados, sítios, fazendas, mesclagens diferentes.

Obviamente, há grandes municípios e estados também presentes, mas quero deixar claro que de muitos desses lugares ninguém nunca ouviu falar; possuem dois, três, cinco mil habitantes.

b) Temos recebido programas, projetos e atividades de todas as áreas de política pública, mas, considerando as subcategorias, as áreas mais freqüentes são educação, criança e adolescente, saúde e bem-estar social, seguidas por atividades de capacitação e geração de renda, cultura local, patrimônio e desenvolvimento sustentável.

Observando o conjunto “educação, criança e adolescente, bem-estar social e geração de emprego e renda”, constatamos que essas são áreas nas quais os psicólogos estão ativos. Obviamente, isso é consequência da Constituição de 1988, mas há experiências com as quais conseguimos naturalmente dialogar, porque fazem parte de nosso dia-a-dia. Muitas vezes, quando as pessoas apontam dificuldades, é porque não sabem que o trabalho é possível e já está acontecendo, e pode estar muito próximo de onde se está inserido.

c) Algo em torno de 80% das experiências recebidas são trabalhos elaborados entre diversas agências e/ou entre diversas agências e organizações da sociedade civil. Então, retornando à minha discussão sobre ação pública, ela acontece, de fato, na medida em que há processos inovadores de prestação de serviços que provocam impacto na cidadania, e são elaborados por teias de relações entre diferentes agências públicas e agências públicas da sociedade. Isso quer dizer que outro tipo de construção da vida cívica está sendo implementado.

Alguns desafios:

Estamos em um evento que antecede o Congresso Norte Nordeste de Psicologia. Nesta região do país, há inúmeros exemplos de experiências, mas também há o outro lado, assim como há o outro lado em outras partes do país, e isso precisa ficar muito claro. Porém, aqui está se tornando mais difícil pelas condições do semi-árido. Nem todo o Norte e o Nordeste é de

semi-árido, mas parte significativa dessas regiões corresponde a esse tipo de terreno. É uma territorialidade heterogênea que cobre 11 estados e 1400 municípios. Não é uma questão somente climática. São modos de produção que ampliam as desigualdades no país.

Para se ter uma idéia: se, no Brasil, os 20% mais ricos têm quase 60% da renda, no semi-árido brasileiro esse índice sobe para 80% da renda. Em paralelo, se, no país, os 20% mais pobres detêm apenas 2,7% da renda, no semi-árido esse índice cai para 1,7%. Essa análise joga o Brasil para o pior lugar em termos de desigualdade no mundo.

Nos últimos nove meses, tive oportunidade de trabalhar com a Unicef, em um estudo específico sobre a situação dos direitos das crianças e dos adolescentes nesta região. Os resultados serão publicados em breve. As desigualdades básicas entre os municípios do semi-árido e do restante do Brasil expressam-se em quase todos os indicadores sociais e acompanham a situação dos direitos das crianças e dos adolescentes. Mais de 52% dos municípios do semi-árido figuram entre os 25% de municípios brasileiros com os piores níveis de desenvolvimento infantil, em contraste com 15% no restante do país. A mesma situação ocorre em relação à taxa de abandono escolar no Ensino Fundamental e em relação ao esgoto sanitário básico, e não há muita diferença em relação ao atendimento pré-natal.

Nesse contexto, políticas públicas que tratam o país de maneira igual só tendem a manter as desigualdades relativas, e tornarão quaisquer tentativas de atingir metas do milênio simplesmente impossíveis. Desigualdade é a permanência de uma diferença significativa entre uma grande região do país e o restante do país e a falta de investimentos localizados para fazer com que esses dois espaços transformem-se em único território. Em

elação ao restante do país, o semi-árido brasileiro caracteriza-se também por suas desigualdades internas.

Mas há programas em desenvolvimento, como os programas de transferência de renda e de erradicação do trabalho infantil, por exemplo, que oferecem um apoio crucial ao dia-a-dia das famílias. Isso é positivo, porém os problemas de falta de emprego, as suas consequências para a estrutura familiar e a resultante falta de perspectiva para os jovens geram desafios que, em muitos casos, estão além da capacidade de resposta das instituições dos governos locais.

Há avanços na área da saúde infantil. A educação é um grande desafio, e a situação dos jovens e adolescentes é realmente crítica. Esses são espaços do psicólogo.

Na área das políticas públicas, encontraremos situações similares em outras partes do país, mas encontramos também pequenas articulações de alcance local que acontecem no dia-a-dia, alianças de alcance local que são feitas por pessoas vinculadas a entidades religiosas, assistentes sociais, enfermeiros, agentes comunitários de saúde, coordenadores da Pastoral da Criança, conselheiros tutelares, prefeitos, secretários, líderes de comunidades, voluntários e, às vezes, pelo Ministério Público. Esses são os atores do cotidiano, listados propositalmente, porque é com essas pessoas que os psicólogos terão de aprender a trabalhar.

Há, ainda, experiências muito importantes, como as ações que resultaram na criação da articulação do semi-árido com mais de 800 organizações.

A situação do semi-árido é extremamente agravada por um processo social que está presente no país como um todo: a desigualdade, que se produz e se reproduz no cotidiano das políticas públicas, e também pela nossa incapacidade crônica de enfrentar equidade e ações afirmativas. Por exemplo: vi, recentemente, um questionário onde as pessoas foram classificadas

em brancos e não brancos. Há o pressuposto de que há uma Psicologia para os que estão bem de vida e uma Psicologia para os pobres. Uma colega, que é a única psicóloga em um pequeno município, em uma das regiões mais pobres de São Paulo, cujos indicadores são iguais aos do semi-árido, escreveu sobre o Encontro Regional de Psicólogos, do qual participou: “a coordenadora do encontro pediu para conversarmos sobre a demanda do serviço de Psicologia. Caracteriza a demanda como socioclínica, porque os usuários são pobres”. A intenção pode ser boa, mas, quando se começa a pensar dessa maneira, as consequências podem ser muito ruins. Pessoas trabalhando com a problemática da exclusão sempre apontam os processos sutis de desconexão entre grupos, da redefinição de fronteiras e limites que deixam alguns de fora. Parte desse processo é a redefinição de condições que tornam as pessoas diferentes. Elas deixam de ser pessoas e passam a ser classificadas a partir de sua condição. Não é mais uma pessoa em situação de pobreza, com dificuldades de acesso aos serviços e em um ambiente desprovido de recursos como resultado de políticas públicas que favoreceram outros grupos. Não. Tornou-se uma espécie. Um pobre. Nos piores momentos do *apartheid*, na África do Sul, havia psicólogos que argumentavam que a Psicologia do branco era diferente da Psicologia do negro. Em um campo de concentração na Alemanha, o médico infectologista judeu Ludwik Fleck produziu a vacina contra o tifo a partir da urina para distribuir entre os companheiros e, quando os comandantes perguntar se aquilo funcionaria também para o povo ariano, auto-definição que os nazistas deram a eles mesmos, ele respondeu que o princípio da vacina funcionaria, mas que seria necessário usar urina ariana. Claro, foi a resposta para alguém que não percebeu a

ironia do comentário. “Afinal”, respondeu o comandante, “são raças biologicamente diferentes...”

Não estou dizendo que essa seja a situação do Brasil, mas não posso ignorar que os nossos processos de desigualdade continuam firmes. Ainda hoje há muitos que consideram o SUS como um programa de saúde para os desafortunados que não possuem planos de saúde, consideram que as pessoas em situação de pobreza podem gastar horas indo de lugar em lugar na busca de uma solução para um problema jurídico, porque, afinal, não têm o que fazer.

Em um programa de apoio à população de baixa renda na zona sul do Rio, os médicos que davam gratuitamente certas horas de consulta por semana reclamavam que as pessoas não pareciam pobres. Quando perguntados como chegavam a essa conclusão, diziam que eram bem vestidas e com roupas limpas.

No interior de Pernambuco, as mulheres agricultoras têm que mostrar que suas mãos estão cheias de terra, que suas unhas estão quebradas e, de preferência, que usam chinelos de dedo, para ter direito à aposentadoria rural.

Entrar no espaço da ação pública é também enfrentar o desafio dos processos existentes a partir dos quais as desigualdades econômico-sociais, de gênero, de raça, são reproduzidas.

Precisamos fazer uma boa reflexão, pois, se achamos que somos parte da solução, provavelmente temos de aceitar que éramos também parte do problema.

Marcus Vinícius de Oliveira

Nos últimos quatro, cinco anos, tenho sido responsável pela promoção das relações entre Psicologia e políticas públicas, mas não que isso já não estivesse ocorrendo. Trata-se de trazer para o espaço institucional e promover a organização desse tema como uma

agenda de debate e de reflexão. Às vezes, fico bastante preocupado com o que estamos promovendo quando estabelecemos essa relação da Psicologia com as políticas públicas. Afinal, há riscos de que tudo o que produzamos do ponto de vista crítico seja recuperado pela ordem e colocado a serviço de sua própria reprodução. Então, essa preocupação levou-me a pensar que talvez tivéssemos que, neste momento, radicalizar duas idéias fundamentais no tema das políticas públicas: as idéias acerca do governo e as idéias acerca do Estado. Por isso, trago para vocês um texto do Proudhon:

Ser governado é ser observado, inspecionado, espiado, dirigido, legislado, numerado, regulado, regulamentado, depositado, doutrinado, controlado, calculado, avaliado, censurado, comandado por criaturas que não têm nem o direito, nem a sabedoria, nem a virtude para o fazer.

Ser governado é ser, a cada operação, em cada transação, em cada movimento, notado, registrado, recenseado, tarifado, selado, medido, cotado, avaliado, patenteado, licenciado, autorizado, rotulado, admoestado, impedido, reformado, reenviado, corrigido.

É, sob pretexto da utilidade pública, e em nome do interesse geral, ser submetido a contribuição, utilizado, resgatado, explorado, monopolizado, extorquido, pressionado, mistificado, roubado.

Depois, à menor resistência, à primeira palavra de queixa: reprimido, multado, vilipendiado, vexado, acosado, maltratado, espancado, desarmado, garroteado, aprisionado, fuzilado, metralhado, julgado, condenado, deportado, sacrificado, vendido, traído e, no máximo grau, jogado, ridicularizado, ultrajado, desonrado. Eis o governo, eis a justiça, eis a sua moral.

A companhia do Proudhon, um anarquista de quatro costados, é fundamental, porque, de alguma forma, os anarquistas estão ao longo da História moderna sempre nos provocando com uma espécie de consciência

crítica radical, alertando que talvez a questão do Estado não seja uma inevitabilidade. Mais do que efeitos práticos, o pensamento anarquista tem uma contribuição fundamental, que é a de problematizar a existência do próprio Estado como um ente fundamental.

“Quem quer seja que ponha as mãos sobre mim para me governar é um usurpador, um tirano; eu o declaro meu inimigo”.

Outra vez a palavra do Proudhon, para nos alertar de que essa posição existe no mundo, e eu considero fundamental sua existência, por mais que tenha, ao longo de sua história, tido muito pouca competência prática para engendrar a sua utopia nas relações concretas. Mas, de alguma maneira, a existência dos anarquistas adverte-nos de que esse aparelho de Estado talvez não seja um aparelho qualquer.

Outro autor nos ajuda a pensar esse tema: Pierre Clastres, na coletânea *A sociedade contra o Estado*, afirma que a sociedade civil pode prescindir da figura do Estado, e isso pode ser verificado empiricamente na experiência de boa parte dos povos indígenas da América do Sul antes de entrarem em contato com a civilização. Ele ressalta que as sociedades não são apenas sociedades sem Estado; são sociedades contra o Estado. A tese é interessante, pois explica que são sociedades que têm uma paranóia em relação à complexificação da vida social e à existência de excedentes de produção que gerariam a necessidade da divisão de tarefas, de funções sociais entre os que regulam a distribuição do excedente. Explica, ainda, que essas sociedades têm mecanismos para se defenderem dessas condições, sendo um deles a cismogênese, a separação. Quando analisa a questão da violência, diz que, nessa sociedade, o Estado não tem de ser detentor hegemônico da violência, porque a sociedade resolve a violência; cita a tortura nas sociedades primitivas, fala das técnicas de

iniciação e das intervenções do corpo, como perfurações nas orelhas e escarificações, como mecanismos de inscrição da lei e da memória no próprio corpo.

Quis trazer essas duas referências porque são radicais; uma referência que nega desde sempre o Estado, e outra que afirma que esse Estado talvez não seja um mal necessário. Em outro ponto de vista, esse Estado talvez seja, necessariamente, um mal.

Na nossa tradição de crítica das relações de Estado e governo, temos como inflexão, talvez das mais importantes e que oriente em boa parte do pensamento político contemporâneo, a reflexão do Marxismo e dos neomarxistas de diversas correntes, em que se acentua esse tema do Estado como instrumento de dominação de classe. Portanto, de alguma forma, falamos de um Estado que é gerenciador dos interesses da burguesia no interior do Capitalismo, isso nas suas diversas modulações: Estado liberal, Estado do bem estar social, Estado neoliberal. Falamos desse Estado como detentor da hegemonia da violência por meio das forças policiais, do exército, dos detentores do poder das armas, mas situamos, sobretudo, esse Estado como espaço de conflito de interesses. De alguma forma, o Marxismo levou-nos, durante muito tempo, a sobrevalorizar o Estado enquanto espaço do poder, a entender a conquista do Estado como a conquista do poder. Se fosse assim, como seria fácil promover as transformações tão necessárias em nossas sociedades! Essa sobrevalorização do Estado enquanto espaço de poder gera algumas das principais dificuldades de compreensão. Isso está disseminado na cultura atual como idéia geral e nos convida a pensar que operar no campo do Estado e das agências governamentais, nas diversas esferas, é operar fundamentalmente em um campo de contradição.

Preocupa-me, e por isso trago essa abertura, a despolitização das políticas públicas e o fato de tratá-las

como um espaço não político ou que possamos deixar de realçar nas políticas públicas esse elemento do conflito, da contradição. Quero pensar que as políticas públicas, fundamentalmente, sejam a expressão concreta das contradições típicas de um sistema capitalista e de um modo de organização social que sobrevaloriza o Estado enquanto recurso de dominação política. Não é à toa que toda a América Latina cobriu-se de ditaduras militares no período dos anos de 1960 e 1970, quando, de alguma forma, pareceu que a pequena ilha de Cuba poderia se constituir um estopim que se alastraria e que tomaria todo esse continente para a perspectiva do Socialismo ao modo como foi e ainda é experimentado em algumas partes do mundo.

O que vemos também é que essa experiência do Estado como espaço de contradição fica um tanto quanto apagada, na forma pragmática, como tema da política pública, e, muitas vezes, tende a ser encaminhada para uma solução eminentemente de natureza técnica, do ponto de vista dos recursos técnicos. Não que eles não tenham seu lugar para que possamos, em qualquer circunstância e sob qualquer governo, produzir a efetividade das ações. Isso nos faz perguntar sobre os limites e as potencialidades dessas próprias ações. Peter Spink enfatizava as características da organização social brasileira. Acho que nosso traço fundamental é essa ordem da desigualdade social. Somente perdemos para cinco países da África, e, se formos considerar o semi-árido, somos o último da terceira divisão. Na primeira divisão, considerando a *Belíndia*, país que constituímos e que mistura características da Bélgica com a Índia, do ponto de vista da concentração de renda, estariam atrás de nós apenas cinco países do continente africano, absolutamente dilapidados historicamente. Esse estado de contradição que a desigualdade social traz para o país faz com que todas as ações no campo

da política do Estado estejam, de alguma forma, sob suspeita. Governar o Estado brasileiro na perspectiva do governo Lula hoje é, sem dúvida, propor-se a ser o gerenciador da crise, equilibrando interesses absolutamente inconciliáveis, até porque temos formulado outros projetos, que não digo melhores, mas que investiriam no empoderamento da sociedade civil, apostariam no empoderamento de um dos pólos dessa contradição, o que não vemos por aqui.

Nós, psicólogos, estamos sendo convocados para trabalhar em algumas políticas públicas. Mas não em todas. Por exemplo: nunca fomos chamados a opinar sobre a política pública dos juros do Banco Central. Para a política pública do Plano de Aceleração do Crescimento também não fomos chamados. Quem discutiu isso foi o setor da construção civil. Efetivamente, onde temos tido acesso e espaço para atuar nas políticas públicas é em um certo campo em que ações do Estado são desenvolvidas para a redução dessa desigualdade social. De alguma forma, é o que caracterizaria o espaço específico das chamadas políticas sociais, que são aquelas em que o Estado reconhece uma certa debilidade, uma certa fragilidade, a impossibilidade de que um conjunto de cidadãos, momentânea ou permanentemente, tenha condições de prover para si próprios o necessário para a sua sobrevivência, por meio dos recursos tradicionais da vida social. Então, atuamos muito pontualmente.

Quando estamos presentes, fazemo-lo marcados por uma dupla e contraditória identidade, uma identidade em que somos, ao mesmo tempo, cidadãos e, como tal, beneficiários das políticas públicas promovidas pelo Estado, mas também temos ali uma posição como profissionais, e, como profissionais, representamos o Estado, somos seus agentes diante da reivindicação de direitos por parte de um grupo de cidadãos em relação aos quais temos a posição de ser o pólo dever

do Estado. Gosto muito de pensar sobre esse tema direito do cidadão/dever do Estado como um tema que nos envolve imediatamente, e talvez esse seja um dos itens a ser explorado sobre a presença dos psicólogos no interior das políticas públicas, especificamente das políticas sociais. Isso é pensar sobre essa complexa identidade política em que nos encontramos quando estamos em um serviço sucateado, sem as condições necessárias para exercer a satisfação das necessidades da população, de estarmos colocados ali na condição de um anteparo da ponta, do primeiro lugar onde o cidadão efetivamente estabelece seus contatos, suas demandas, suas expectativas, muitas vezes sem os recursos típicos para responder a essas demandas, sem recursos materiais e, às vezes, sem os recursos simbólicos, pois não temos nem como explicar porque a pessoa não terá sua necessidade atendida, e, quase sempre, sem qualquer recurso político, colocamo-nos individualmente, como se estivéssemos ali estritamente em nossa condição de indivíduo. Naquela esfera, naquela ponta em que os psicólogos estão atuando naquele momento, coloca-se como fundamental a questão da utilidade da sua presença. Muitas vezes, a sutilidade fica problematizada em uma equação de difícil solução: essa presença é útil para quem? Para o próprio profissional, que está garantindo o seu salário e sua condição de trabalho? Para o gestor público, que, por meio da presença daquele agente, dá algum tipo de resposta aos sujeitos que demandam serviços? Ou é útil para a população?

Essa reflexão sobre a utilidade da presença do psicólogo é muito interessante de se realizar, quando estamos trabalhando como profissionais em uma política pública com a tarefa de atender a pessoas, cidadãos que têm direitos em relação ao Estado. Afinal, o que faço aqui?

O tema do direito do cidadão e do dever do Estado remeter-nos-ia, ainda, a uma outra reflexão importantíssima, porque a faixa do dever do Estado enfatiza a dimensão apresentada por Proudhon. A faixa do dever do Estado, quando se dirige ao cidadão, pretende sempre proteger, mediar, controlar, regular, ofertar. Então o Estado, quando se dirige ao cidadão para cumprir o seu dever, sempre o faz em uma perspectiva de captura, de tomar esse sujeito, de englobar esse sujeito e, no caso brasileiro, de alguma forma, com intenções nitidamente manipuladoras do ponto de vista político.

Por outro lado, o direito do cidadão envolve sempre uma dimensão que é a de se distanciar do Estado. O direito do cidadão é de participar, contestar, rebelar-se, recusar-se, afastar-se. O cidadão tem o direito, inclusive, de recusar as ofertas que o Estado lhe faz. Gosto muito da Lei nº 180, da reforma psiquiátrica italiana, que equacionou o tema da responsabilidade no território, estabelecendo que o portador de transtorno mental tem todo o direito a recusar o atendimento que lhe é oferecido. Na mesma lei, está dito que a organização sanitária local tem o dever, a obrigação, de oferecer assistência, quer dizer, o Estado tem de ofertar e o cidadão tem o direito de recusar. O cidadão tem direito de questionar a oferta! Não é um favor que o Estado está fazendo ao cidadão. Isso tem rebatimentos importantíssimos entre nós, quando pensamos que algumas políticas, aparentemente tão interessantes, são eminentemente classistas. Sempre tomo como exemplo o Programa de Saúde da Família, que, se tão justo sanitariamente, deveria ser compulsoriamente estendido a todos os bairros elegantes. Afinal, não podemos deixar ninguém de fora de um benefício tão importante, de uma forma tão interessante de oferecer saúde, mas aí entra o conceito da privacidade que, nos bairros elegantes, é tomado como valor fundamental, e

o agente de saúde será posto para fora e desdenhado em sua pretensa condição de querer interferir nas dinâmicas da vida privada dos sujeitos.

Insisto no tema da contradição para finalizar com a esperança de que viver na contradição não signifique que não tenhamos mais coisa alguma a fazer, porque, nessa situação, devemos abarcar alguns dos pólos, o pólo da completa incorporação, que busca resolver nosso problema, pois precisamos trabalhar e o Estado está ofertando postos de trabalho, e cumpriremos as funções por ele determinadas. Há a outra posição, a de não trabalhar no Estado, porque não corroboraremos com o grande sistema de dominação radical que se espalha e se fortalece com nossa presença. Acredito ser possível, aí, sim, construir esse espaço, que difere, segundo o estilo de cada um, lembrando *Foucault*, com a estilística da existência, e dizendo que, mesmo que estejamos tão contingenciados do ponto de vista político, que a margem de manobra, a margem de liberdade individual de cada agente pode fazer uma grande diferença. O modo como estamos nos lugares pode fazer a diferença.

Gostaria de resgatar dois conceitos: um, trabalhado pela professora Carmem Teixeira, desde o SUS, que fala sobre o conceito de políticas públicas saudáveis. É uma idéia interessante pensar que existem políticas públicas saudáveis, que seriam aquelas que “implicam na abertura de espaços de diálogo e na negociação coletiva em torno do redirecionamento dos programas e projetos desenvolvidos, na realocação dos recursos públicos e no incremento da participação social, fundamentadas na co-responsabilização da promoção do bem-estar coletivo, contribuindo para o processo de acumulação de conhecimento e de poder por parte dos diversos jeitos institucionais e dos atores sociais desenvolvidos no processo”. Tenho usado, em alguns momentos, mais

como um efeito metafórico, a idéia de políticas públicas humanizadas, ou, pegando uma carona na idéia de humanização do programa de humanização do SUS, políticas públicas humanizadas seriam aquelas que reconheceriam que estão lidando com sujeitos. Portanto, não se está lidando com alvos, com populações-meta, com objetivos, com clientela. Lidamos com sujeitos marcados por uma condição de subjetividade, em que os jogos de interpretação simbólica, de avaliação, de percepção, de emoção, de sentimentos determinam a forma como esses sujeitos relacionam-se com aquilo que recebem e suas posturas e modos de estarem presentes diante dessas ações políticas engendradas desde o Estado, desde as organizações não-governamentais. Reconhecer que ali estão sujeitos é, necessariamente, incorporar a dimensão subjetiva como fundamental para o êxito de qualquer política pública. É preciso reconhecer que estamos lidando não só com indivíduos, mas com sujeitos coletivos, e, ao reconhecer isso, devemos criar espaço para a expressão dos desejos, interesses, demandas, pontos de vista que esses grupos estabelecem em relação a suas próprias vidas; que esse seja um componente fundamental para interferir em sua forma de planejamento, organização, execução e avaliação das políticas executadas.

Então penso que nós, como psicólogos, temos de encontrar essas novas metáforas que permitem estejamos presentes fazendo a diferença, a despeito de estarmos em um espaço marcado tão decisivamente por contradições tão radicais.

Debate

Fábio Porto – Ceará

Gostaria de ver perspectivas de atuação e de intervenção diante desse cenário problematizado aqui. A partir da experiência acumulada, vocês, componentes da Mesa, julgam possível chegarmos num ponto de traçar alguns horizontes de atuação para a Psicologia, na direção de uma metáfora em torno de um projeto para a sociedade brasileira, um projeto que consiga unificar os psicólogos enquanto categoria para intervir nesse horizonte, e não nos determos em questões de abordagens teóricas e metodológicas, mas, sim, discutir de que forma esses aportes podem estar se orientando por um horizonte comum para todos, e que os vários ramos da Psicologia possam diversificar nossa contribuição e não nos segregar enquanto categoria? Então, é possível falar em um horizonte de atuação comum para a Psicologia, no Brasil, inserido em uma realidade latino-americana?

Trago as contribuições de Martinho Baró, no sentido de se pensar em uma Psicologia que esteja realmente a serviço das grandes maiorias, não porque sejam pobres e oprimidas, mas porque existe um vínculo histórico da nossa própria realidade, da forma como vivemos nos constituindo e da forma como vocês apontam. Ele falaria de uma Psicologia da Libertação, propondo, epistemologicamente, algo nesse sentido. Fico olhando para a Psicologia brasileira: conseguiríamos chegar a esse horizonte comum de atuação?

Renata

A abordagem expressa leva-me a pensar na relação de governar e ser governado, e nas vantagens dessa última situação, se não há responsabilidades, e no peso de governar e assumir as responsabilidades disso. Gostaria de ouvir uma explanação sobre as políticas

públicas relacionadas aos conceitos de lei e justiça. Até que ponto as políticas públicas garantem leis e não garantem justiça? Quais os entraves das limitações profissionais para os psicólogos?

Ceição – Pernambuco

Gostaria de dizer ao professor Spink que, para nós, psicólogos, é sempre um achado entender que podemos falar mais sobre o que temos aprendido em nossos cursos em relação às práticas psicológicas, especialmente àquelas que nos levam sempre a pensar sobre a clínica. Participei do Congresso Brasileiro de Psicologia e do Congresso da Ulapsi, e os temas abordaram muito as questões sociais. Fiquei muito incomodada, porque as mesas especiais não traziam esses temas de modo mais consistente, especificamente em relação às políticas públicas, e uma discussão que se faz com muitas dificuldades é a relativa às questões étnico-raciais, especialmente quando falamos das populações negras. Precisamos entender que falar de ação afirmativa, de resgate histórico, é um tema também da Psicologia. Nós, militantes de movimentos negros, temos uma batalha árdua para fazer com que o país entenda que discutir questão racial não é um problema dos negros, mas é um problema da nação, de brancos e negros, de indígenas e de outros povos.

Em relação ao que disse Marcus Vinícius, fico pensando que as políticas públicas talvez não sejam tão políticas, concordando que deveriam ser, pois ainda são muito clientelistas, joguetes políticos nas mãos dos governos.

Eduardo Passos

Gostaria de abordar o nosso desafio sobre a criação de horizontes comuns. O que é refletir sobre o que

é comum e de que maneira isso pode ser entendido como a definição, por excelência, do mandato das políticas públicas? E pensar sobre a política pública com compromisso com a criação do comum e diferenciar a política pública da política de governo?

Temos política de Estado, política de governo e política pública. Política de governo é a que se faz na efemeridade da máquina, a partir de certos jogos de força que garantem uma posição partidária. Pressupõe um certo grupo, uma certa equipe, que toma conta dos cargos na máquina do Estado. Ali se definem diretrizes, sendo que algumas delas podem ter uma certa permanência, que seria, então, uma política de Estado. Essa permanência da política de Estado, em contraste com a efemeridade da política de governo, precisa dessa terceira dimensão, que poderia ser considerada capilar, uma dimensão mais microfísica. A política faz-se como experiência pública, experiência da *polis*, experiência do coletivo, experiência dos movimentos sociais, organizados ou não. Então, é preciso se pensar sobre a complexidade do nosso tema a partir da distinção e de uma certa conjugação do que seria política de Estado, política de governo e política pública. Estamos falando, aqui, de uma aposta que seria de política de governo, entendendo que tem uma característica super-limitada: é muito contingencial, mesmo que seja executada com uma certa orientação da Coordenação Nacional de Saúde Mental ou com uma certa orientação da Coordenação Nacional da Política Nacional do Sistema Único de Saúde.

Mas, qual relação a política de governo mantém com os movimentos sociais e que tipo de operação deve realizar na máquina do Estado? O Estado-nação que conhecemos é uma instituição moderna por excelência e, entre nós, é, sobretudo, uma instituição barroca e, tal como uma catedral barroca, que produz

um certo tipo de experiência estética a partir da introversão e que leva a uma experiência de introspecção, o Estado também é caracterizado pelo “centriperismo”, uma certa força de absorção de todas as linhas do político, de todas as linhas das forças sociais para dentro dele mesmo. Então, como vencer esse “centriperismo” da máquina do Estado, apostando no que se faz no limite da máquina, ali onde ela se vê às voltas com o que não é: o coletivo, as redes sociais, os movimentos sociais? Como pensar, então, em uma certa experiência, no limite da máquina do Estado, ou seja, uma certa experiência de política de governo que mantenha essa relação com as políticas públicas, sendo essa relação uma aposta na criação de um horizonte comum? E o que seria esse comum? Podemos considerar o comum a experiência do UM. É como o um, ou seja, pensar em uma prática de homogeneização.

O Peter disse muito bem que nossas políticas públicas não poderão enfrentar o problema da grande desigualdade, não poderão realizar o princípio da equidade, enquanto forem iguais para todos. Essas políticas precisam fazer certas diferenças. O comum que queremos criar não é o “como um”, do um da unidade, do um da totalidade, mas é o um de o um qualquer. Como fazer com que, no um, qualquer possa ter participação na construção de nossas políticas públicas? Como criar essa experiência, que seria a de um horizonte comum?

A Psicologia tem algo a contribuir nessa experimentação na *polis*. Pode fazer isso ajudando-nos a entender o que seria essa experiência de libertação. Uma Psicologia da Libertação, que não é uma Psicologia da liberdade; não há uma liberdade a se alcançar, mas uma prática constante de libertação. É muito bom que Marcus Vinícius tenha trazido a contribuição de uma Antropologia política, como a do Clastres. Há um contraste interessante, proposto a partir da tese

anarquista de Proudhon. Para a Antropologia Política, não há uma sociedade sem Estado. Temos sempre de estar às voltas com esse Estado, mas podemos criar formas de conjuração dessa força centrípeta, pensando em práticas contra o Estado, em que estejamos constantemente nos libertando dessas forças que são assujeitadoras, homogeneizantes, centrípetas, da máquina de Estado. Em outras palavras, tentar produzir práticas que são de resistência, não porque evadiram, não porque abandonaram a militância na sua relação com a máquina de Estado; tentar pensar, então, essas políticas públicas não de evasão, mas de invasão. Vamos buscar práticas que permitam que possamos invadir a máquina do Estado e produzir, nas brechas desse Estado, experiências de contato com “o que ele é fora”, com o que ele é exterior, no caso, o plano do coletivo, o plano dos movimentos sociais, e aí mantermos aceso esse movimento de contínua libertação, sabendo que não há uma liberdade definitiva. Mas, talvez, não precisemos mais do conceito de liberdade. Basta-nos a força crítica desse movimento de libertação.

Peter Spink

O que talvez tenhamos de fazer é exigir que certas questões sejam trabalhadas mais seriamente por nós enquanto profissionais, e não deixadas simplesmente para os movimentos tentarem empurrar essas questões para as agendas públicas. Por exemplo: nós, como psicólogos, precisamos saber como se discutem as questões de um país de múltiplos descendentes, sendo que alguns aqui chegaram por opção e outros vieram obrigados. Quais são as consequências e implicações disso? Precisamos aprofundar, dialogar e abrir essas questões.

Sobre os horizontes da Psicologia, é necessário fazer uma distinção entre o que fazemos institucional-

mente e o que fazemos organizacionalmente. Alguns de nós gostamos de governo, e alguns de nós, não. Alguns de nós gostamos de ser governados, outros de nós detestamos ser governados. Essas opções são individuais, e nos associamos, enquanto cidadãos, a movimentos diferentes, a espaços de inserção diferenciados. Se vamos levar a sério a questão da desigualdade, temos de buscar os mecanismos em que podemos, institucionalmente, ser sérios. O Brasil é signatário das metas do milênio, um conjunto de obrigações combinadas no âmbito das Nações Unidas e que têm uma série de objetivos para a redução da pobreza. Temos uma Constituição que, já nos primeiros cinco artigos, sustenta que o Brasil é obrigado a atuar em termos de igualdade e qualidade de vida. Então, para mim, é simplesmente dizer: vamos levar isso a sério! Ninguém poderá dizer que os psicólogos estão sendo políticos. Não, apenas estamos levando a sério os compromissos escritos. Esse tipo de espaço permite um horizonte que não seja tão magnífico, como repensar a América Latina, mas que seja um horizonte pelo qual muitas pessoas consigam lutar, porque podem ler nele uma série de metas, de obrigações, e expressar, no dia-a-dia, questões sobre esses assuntos. O interessante, e isso tem sido importante no trabalho do Conselho Federal, é buscar como se articula o espaço de cobrança e de confronto, não com esse ou aquele governo, mas com todos os governos. E é somente aqui que entendemos e começamos a assumir o fato de que, para chegarmos lá, teremos de adotar estratégias em que deslocamos recursos, maciçamente, de A para B, em que teremos que redistribuir, tirar daqui e pôr ali. É muito importante pensar que a palavra oposta a equidade seja injustiça. A expressão equidade emerge em relação à presença da injustiça. Está na hora de começarmos a usar essas palavras. O psicólogo tem uma preocupação constan-

te, profissionalmente falando, com as injustiças, e, por isso, alinhamos-nos com as preocupações das ações afirmativas e de equidade. Não estamos acostumados a isso, mas é hora de bater as asas.

Marcus Vinícius de Oliveira

O fato de eu ter começado pensando a finalidade de problematizar a existência do Estado, de um Estado capitalista, baseado na democracia representativa, um Estado burguês, foi para dizer que operamos no interior de um Estado neoliberal. Isso estabelece um contingenciamento político, alguns limites para nossa presença no mundo. A ação nesse campo será sempre no espaço da contradição. Talvez nossa dificuldade seja a de gostar muito das definições e das identidades, e, quando operamos no espaço da contradição, as definições não servem muito, e as identidades ficam constantemente ofuscadas. Então, acredito que temos de assumir que operamos em campo contraditório, marcado pelas injustiças e desigualdades. Mas não é um campo morto, ao contrário, é um campo vivo, em que intervimos, resistimos, formulamos utopias, em que nos contrapomos a essa ordem com o sentimento de que usamos estilingues contra canhões, de que nossos recursos são muito pequenos frente à máquina engendradora da desigualdade, da pobreza, da fome, da miséria, do sofrimento das pessoas. Temos uma maquinaria mundial acionada para fomentar e produzir o mal-estar em bilhões de pessoas do planeta, o que não significa que todos estejam aceitando essa situação de braços cruzados.

É importante politizar o espaço das políticas públicas, porque, se não, acharemos que o destino natural dos psicólogos nesses espaços é trabalhar para o bem das pessoas, quer dizer, teremos uma visão muito sim-

plificada do significado dessa presença, que convoca cada um a um posicionamento ético-político. Vivo tentando roubar almas vendidas para o consumo, para o Capitalismo, para o individualismo, para a causa coletiva. Há anos tenho o hábito de criar dispositivos para roubar almas para um projeto de ruptura com essas limitações expressas no mundo como está instituído, para uma posição de rebeldia, como disse o Eduardo, para uma posição de coragem, para uma posição de desnaturalização. Acho que esse é o dever de todos nós que temos inquietações e que, em meio às contradições, estamos posicionados nesse campo ético-político com um compromisso com a vida, com a promoção do bem-estar, com o ideal de justiça, com a idéia de equidade. Enfim, nós, que estamos comprometidos com isso, temos de construir, no pequeno espaço que sobra do contingenciamento geral, no espaço da contradição, uma ação política que se somará a outras ações políticas, que contagiará outras ações políticas.

Por isso, temo uma Psicologia da Libertação. Gostaria de ter muitas psicologias posicionadas, do ponto de vista ético-político, com o compromisso de produzir o bem-estar, o fim do sofrimento das pessoas. Temo a idéia de uma Psicologia que unifique. Acho que o Fórum Social Mundial é nossa atual referência de utopia política: um mundo onde caibam todos os mundos, onde muitas formas de pensar a ação política possam se estabelecer, e desejamos dialogar com as diferenças de perspectivas em nossa idéia de libertação, porque até nisso somos diferentes. Essa tarefa é complexa, mas acho que está em construção pelos psicólogos, que foram levados a essas fronteiras de relacionamento com a exclusão social e estão tendo de enfrentar essa fricção. Essa fricção, esse encontro com a maior parte dos brasileiros nas instituições em que trabalhamos, afeta-nos. Muitos de nós temos conseguido fazer com

que essa afetação transforme-se em uma certa amorosidade, em uma certa descoberta de que o povo não é somente falta, não é somente defeito, não é somente queixa, mas é um povo em si mesmo, é uma gente que vive bravamente, construindo suas experiências, suas emoções, seus sentimentos, de uma forma inteiramente válida. Não é preciso que os psicólogos validem experiências, porque as pessoas estão vivendo por sua conta e risco e, na maioria das vezes, fora de qualquer ação, de qualquer proteção do Estado. Isso significa a valorização dessa experiência, uma certa aliança com essa dimensão da cidadania. É um cruzar de pontes. Depois que se atravessa a ponte, não existe mais volta. A pessoa pode comprar no *shopping center* e fazer de sua vida um projeto consumista, mas, no mínimo, em algum lugar, há a reflexão sobre o fato de que, enquanto você consome, alguém não consome. É bom que as pessoas tenham consciência de que vivem em um país desigual, de que minha riqueza significa a pobreza de outros. Não falo especificamente de nós, mas do projeto geral da sociedade. Temos reflexões que tentam construir recursos metafóricos teóricos, novas formas de entender experimentos da vida da população. Isso não é hegemônico. Há a idéia de que alguns não fazem Psicologia, fazem somente política. Fazer Psicologia estava associado a um certo tipo de conceito e de prática. Hoje temos um pólo da Psicologia envolvido nesse projeto. Confio muito no poder da experimentação, e estamos experimentando através do CREPOP, que é exatamente o esforço de colecionar o melhor da Psicologia, o mais interessante, o que está acontecendo nesse campo, para que possamos ter essas referências, essas diretrizes, essas idéias produzidas coletivamente, com participação ampla, com diálogo como em uma pesquisa. E que esses referenciais possam, cada vez mais, orientar aqueles que quiserem ser orientados,

porque isso também já aprendi: só se orienta quem quer ser orientado. Então, aqueles que quiserem ser orientados, para a direção de uma presença nas políticas públicas com um referencial ético-político mais consistente, podem ajudar nessa construção coletiva e deixar as referências à disposição dos estudantes, dos que estiverem se formando, dos gestores.

Elisa

Penso que fica o desafio da continuidade, pois a Mesa trouxe a reflexão sobre o compromisso com a realidade brasileira, o que nos leva a pensar sobre a inserção dos psicólogos nas políticas públicas, e precisamos, agora, estudar, esclarecer, clarear todas as questões que se colocam em nosso fazer, em nossa presença. A idéia do CREPOP, nosso próximo debate, vem como projeto para dar perspectiva prática profissional, disponibilizar referências, mapear o fazer do psicólogo.

Gostaria de agradecer a contribuição dos componentes desta Mesa que colocaram desafios para nossa reflexão entre a relação sobre Psicologia e políticas públicas.

Apresentação do CREPOP: construindo coletivamente referências técnicas para a atuação profissional em políticas públicas

Ana Bock⁷

Quero começar situando o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas na resposta aos desafios que os conselhos profissionais vêm enfrentando há bastante tempo.

Na relação entre o profissional e os conselhos profissionais, muitas vezes acontece solicitação de apoio incondicional, de proteção, confundindo-se esses com entidades sindicais, de defesa de direitos. Há muitos anos, os conselhos vêm fazendo um esforço para se colocarem perante a categoria, e na relação com a sociedade, como entidades que têm a função de promover a relação entre as demandas da sociedade e as possibilidades da profissão. Então, os conselhos colocam-se exatamente no espaço que permite a relação da sociedade com a profissão. São, portanto, entidades da sociedade e da profissão. A função de promover essa relação é entregue pelo Estado aos profissionais que exercem aquela profissão, mas isso não torna o Conselho Federal de Psicologia, no caso, entidade dos psicólogos.

O desafio da relação entre o que a sociedade precisa, o que demanda, o que quer da Psicologia, e quais as competências que a Psicologia pode oferecer não é nada simples e, durante todo o tempo de existência dos conselhos, de alguma forma, eles enfrentaram esse desafio, que tem como primeiro aspecto saber exatamente quais são as competências acumuladas pela categoria profissional, pela profissão, para responder a determinados interesses da sociedade.

Outro aspecto importante é conhecer o que a sociedade espera, demanda, necessita dessa profissão. Isso supõe um conhecimento da Psicologia por parte da sociedade, porque, se não se souber sobre nossa profissão, não se pode esperar coisa alguma dela. Na

⁷ Doutora em Psicologia social, professora titular da PUC-SP.

Mesa sobre políticas públicas e as formas de participação social, o presidente do CNS, Júnior, dizia que, ao se perguntar à população que se utiliza do Sistema Único de Saúde o que ela quer, de que atendimento necessita, ela jamais expressa a necessidade de psicólogos, ou de farmacêuticos, ou de enfermeiros. A população quer médicos. Essa resposta significa que é um problema termos uma profissão, que queremos colocar à disposição da sociedade, cujos esforços de reunir e debater sua atuação e de inserir-se vez mais nas políticas públicas pode ser desprezado pela sociedade, e que esta pode não querer seu oferecimento simplesmente porque não tem um conhecimento que permita a construção de uma necessidade sobre seu trabalho profissional. Então, fazer a relação do que a sociedade precisa e quer com o que a profissão pode oferecer é um grande desafio enfrentado pelos conselhos, de maneiras talvez insatisfatórias, mas, com certeza, honestas.

Dentre os esforços realizados para mostrar a profissão de psicólogo para a sociedade, podemos citar:

- A realização de uma pesquisa sobre quem é o psicólogo brasileiro, publicada em livro. Isso ocorreu em 1988 e pensava-se que, aplicando o questionário à categoria profissional, poderíamos ter um mínimo de informações que facilitassem a construção de ações, a partir dos conselhos, para servir a relação profissão – sociedade. Há pouco tempo, ocorreu uma atualização simplificada dessa pesquisa. O Conselho Federal de Psicologia, atualmente, apóia a Sociedade Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho, a SBPOT, na realização da pesquisa sobre o psicólogo brasileiro. Então, esse campo da pesquisa, de certa forma, sempre foi valorizado.

- Outra campanha bastante conhecida foi o uso de plásticos nos automóveis, chamando a atenção para

diferentes temas. São Paulo já fez três ou quatro iniciativas desse tipo, o que também ocorreu em outros estados. Esperava-se, com isso, despertar certa curiosidade e obter um certo reconhecimento para a profissão.

É claro que, nas avaliações dessas iniciativas, sempre se apontava que o que faria com que os psicólogos tornassem-se efetivamente conhecidos seria o oferecimento do trabalho, a utilização dos serviços. Alguma coisa precisava ser oferecida para que ocorressem resultados.

- Com essa consideração, o CFP tomou a iniciativa de construir o Banco Social de Serviços em Psicologia, que teve exatamente a noção da “amostra grátis”. Batemos às portas dos ministérios, dos órgãos públicos, e mostramos que os psicólogos tinham muito a oferecer à sociedade. Aproveitando, inclusive, a onda de renovação e esperança que o Brasil vivia, com a eleição do Lula, dissemos que nós também tínhamos projetos novos a oferecer, e elaboramos seis projetos, oferecendo as competências acumuladas pela profissão. Em vários estados brasileiros, o Banco Social de Serviços ofereceu, em parceria com órgãos públicos, uma amostra do que poderia ser o trabalho do psicólogo, para escaparmos das visões mais tradicionais e, portanto, estreitas, no sentido de serem pouco diversificadas, de nossas reais possibilidades de trabalho. A ação do psicólogo sempre é imediatamente identificada, pelas pessoas, como Psicoterapia, e, em alguns casos, com os testes psicológicos. A categoria sempre é relacionada com a perspectiva terapêutica, de remediar, de curar. Hoje temos muitas competências que vão na direção da prevenção e da promoção da saúde.

- Finalizado o Banco Social de Serviços em Psicologia, ocorreu a possibilidade de surgir uma nova ferramenta de trabalho: o Centro de Referência Técnica em

Psicologia e Políticas Públicas - CREPOP, que se instalou no Conselho Federal de Psicologia e em 15 conselhos regionais. Apenas o Conselho Regional de Psicologia do Paraná não instalou o Centro, mas o CREPOP está funcionando em todos os outros estados brasileiros, o que significa que os psicólogos, nesses locais, têm a possibilidade de participarem da construção de sua profissão.

A finalidade do CREPOP é a de construir tanto referências técnicas para a prática quanto subsídios teóricos, para que os psicólogos possam atuar na profissão de forma mais qualificada. Então, é um instrumento de qualificação dos psicólogos, um instrumento de divulgação e de circulação da Psicologia. É uma ferramenta de sistematização das ações dos psicólogos. Reúne um conjunto de possibilidades, fazendo isso a partir de um método absolutamente democrático, ou seja, organiza os psicólogos de determinado setor para que possam dizer de sua prática, de suas dificuldades, de suas necessidades, de seus conhecimentos, de seus desejos. Essa forma de organização permite uma grande sistematização, que é devolvida aos psicólogos, aos estudantes, aos professores, aos pesquisadores, aos gestores dos serviços públicos, para que conheçam melhor a Psicologia.

Quero registrar que uma das maiores qualidades do CREPOP é o seu método. Vocês encontrarão diversos cartazes, em diversas cores, com uma arte com mãos manuseando um torno e fabricando um pote de barro. Esses cartazes inauguram e divulgam que determinada área, naquele momento, está sob o cuidado do CREPOP; e, então, os psicólogos, que atuam naquele campo e que têm um fazer sobre o qual têm o que falar, entram na página do Centro, acessam e respondem a um questionário. Esse questionário é trabalhado, traduzido, interpretado pela Fundação Getúlio Vargas,

graças a de um convênio, e as informações sistematizadas são oferecidas a todos os que tiverem interesse no assunto.

Ainda mais: a partir da resposta dos questionários, pode-se localizar um conjunto de psicólogos que atuam em determinada Região. Esse grupo é convidado para uma reunião, a fim de debater o trabalho, buscar mais informações e colher sugestões de atuação com os dados colhidos. Também há a formação de grupos focais, em que se refina essa informação oferecida pelos psicólogos para que possamos sistematizar, organizar, analisar, traduzir e produzir algo que possa responder às necessidades daquele coletivo.

Acreditamos que o CREPOP também possua outra qualidade importante. Ele nos cria palavras, discurso, para dialogarmos com o Estado, para podermos divulgar a Psicologia junto à sociedade, levando a esta o trabalho que os psicólogos são capazes de realizar. Essa possibilidade de dialogar com o Estado e com a sociedade tem de ser feita a partir de instrumentos e ferramentas capazes de nos oferecer dados e objetivos vindos da prática profissional, do trabalho desenvolvido pelos psicólogos, para que possamos divulgar algo que, efetivamente, temos, como competência acumulada, e não algo que a gestão do Conselho Federal de Psicologia invente ou gostaria que os psicólogos fizessem.

Grisel Crispí⁸

A idéia do Centro de Referência em Psicologia é reunir, sistematizar e disponibilizar experiências, práticas já consolidadas pelos psicólogos que atuam nas políticas públicas brasileiras. Neste ano, elegemos algumas áreas importantes, partindo de alguns critérios, tais como o estabelecimento da política pública, sua existência em nível nacional ou regional e poder estar,

⁸ Socióloga, coordenadora nacional do CREPOP.

a atuação do psicólogo, mais sistematizada, com tecnologias de intervenção reconhecidas.

A metodologia de trabalho é aquela exposta pela Ana Bock (questionário disponibilizado no site, reuniões específicas, grupos focais). Após completar esse ciclo, nova área é iniciada.

A primeira área de pesquisa realizada, que teve início em novembro de 2006, foi a de medidas socioeducativas e unidades de internação. A segunda área, que teve início neste ano, foi de, o enfrentamento do abuso e da violência sexual de crianças e adolescentes, chamado ainda, em alguns municípios, de *Programa Sentinela*. Após dois meses dessa pesquisa, que também cumpriu o mesmo processo metodológico, passamos à terceira pesquisa: a atuação do psicólogo em Varas de Família. Atualmente, estamos realizando a quarta pesquisa, que se refere à atuação profissional em DST-HIV-AIDS.

Juntamente a esses, outros trabalhos: fomos criando uma página específica para o CREPOP. O site surgiu com a idéia de que precisávamos disponibilizar, de forma ampla e pública, os esforços de sistematização da prática profissional dos psicólogos. O trabalho realizado pelo CREPOP em cada um dos Regionais, precisa ser publicizado. É preciso que o psicólogo lá da ponta, das seções, das representações, os alunos de Psicologia e todos aqueles que desejarem tenham acesso às informações, e a internet nos proporcionou a oportunidade de pensar e organizar uma página com a forma mais democrática de repasse de informações, dados, pesquisas, experiências.

Então, pensamos em oferecer um serviço que revelasse o georreferenciamento dos psicólogos nas políticas públicas. Já temos alguns mapas que revelam onde estão os psicólogos que atuam nas políticas públicas, mas ainda não temos um relatório aprofundado. Os dados estão sendo trabalhados, mas já podemos

ver a localização desses psicólogos dessas três áreas pesquisadas.

Na página, as palavras que estão embaixo de “busca”, chamadas “nuvem de palavras”, onde há umas maiores e outras menores, fazem parte da taxonomia. Isso significa que precisamos construir uma engenharia por trás do site que propicie busca integrada e possibilite que todos compreendam porque estamos dando aquelas notícias, porque estamos abordando essas áreas de pesquisa, porque a biblioteca disponibilizada aborda determinados assuntos. Baseamos essas palavras nas funções e subfunções que o governo determina para o orçamento público.

Quando o governo trabalha com orçamento público, determina áreas para as quais dispensará recursos. Essas áreas são chamadas de funções. E há subáreas para as quais também serão destinados recursos e são chamadas de subfunções. As funções foram mantidas conforme o trabalho do governo federal, com todas as suas áreas: assistência social, educação, saúde. As subáreas, para que não evidenciássemos somente as políticas públicas, como também os interesses da Psicologia, foram agrupadas em temas governamentais, políticas e interesses dos psicólogos. Então, nas nuvens de palavras serão encontradas, por exemplo, administração pública, educação e assistência social como áreas do governo, e, ligadas a elas, estão questões importantes para a Psicologia, como a formação do psicólogo, direitos da cidadania, gênero, violências e discriminações. Ainda serão incluídos temas como ato médico e luta antimanicomial. Enfim, todos os temas serão integrados de maneira a trazer informações e a realizar interfaces com a saúde, com a assistência social e com as demais áreas para as quais o governo define aplicação de recursos. Essa é a busca por interesse.

Logo abaixo, há a sessão de notícias. Ao lado direito, nos menus verticais, há todos os serviços que queremos oferecer, como o *conheça o CREPOP*, o *georreferenciamento*, a *participação na pesquisa* e a *consulta pública*, lançada hoje com o *site*. Esta, especificamente, é um documento elaborado por uma equipe de psicólogos especialistas na área que possuem notório saber nos Centros de Referência em Assistência Social - CRAS.

Esse documento ficará no *site* por 40 dias. Todas as sugestões e comentários realizados pelos profissionais serão sistematizados. Posteriormente, após essas informações serem trabalhadas, o documento será publicado como diretriz para a atuação do psicólogo nos CRAS.

Então, o Centro de Referência vem dar forma à necessidade que a categoria expressa sobre diretrizes e orientações para atuar nesse espaço tão difuso, complexo e contraditório.

Temos ainda o serviço da biblioteca, que, neste momento, não está disponível, mas que estará brevemente. Há o *leia as notícias*, *concursos e seleções*, *agende-se*, o *quem é quem*, onde estão possíveis parceiros (instituições, entidades do terceiro setor, órgãos multilaterais) que têm uma presença marcante nas políticas públicas, e *links*.

Ao lado, temos a pesquisa em DST-AIDS. Ao entrar, há uma explicitação dos objetivos. Para participar da pesquisa, é preciso realizar um cadastro com o objetivo de registro para a contagem dos participantes; para apenas conhecer o instrumento, há um espaço chamado *entre aqui*, que mostra a pesquisa como um todo.

O espaço reservado ao cadastro é interessante, porque é possível deixar endereço eletrônico para receber boletins contendo notícias e informações.

Então, o *site* tem o objetivo de, mais do que tornar públicas as ações do CREPOP, ser um espaço de

opiniões, para falar sobre questões de interesse, realizar enquetes. Enfim, a idéia do *site* é também uma idéia de interação, de um portal a serviço da Psicologia e das políticas públicas. E, para que seja assim, faz-se necessária a interação dos psicólogos. A participação de todos é importante, não somente para construir o Centro de Referência, mas também para tornar o portal do CREPOP interessante, com bastante navegabilidade, produtivo, informativo, e para que, de fato, contribua com o enriquecimento profissional dos psicólogos.

Marcus Vinícius de Oliveira

Elas somente se esqueceram de contar que hoje é o lançamento do portal do Centro de Referência em Psicologia e Políticas Públicas. Isso não é qualquer coisa, e elas se esqueceram de contar. Estão pouco “vendedoras” do produto, assim como do lançamento da consulta pública! E não foi por nada que pedi paciência, pela manhã, sobre os Centros de Assistência Social, porque existe um documento de diretrizes para atuação dos psicólogos no CRAS. Foi elaborado por uma equipe composta por pessoas muito experientes, mas somente terá validade depois que aqueles que atuam no CRAS entrarem no *site*, credenciarem-se para participar da consulta pública e deixarem suas opiniões. Isso quer dizer que aquele escrito somente será documento depois que todos tiverem acesso e oportunidade de dizer o que é válido. Então, também estamos inaugurando essa metodologia de, quando a área de atuação não for muito desenvolvida, não houver tradição, usarmos grupos de *expertises*. Na verdade, são duas metodologias: Uma, quando a categoria trabalha há mais tempo com uma área, já tem muito conhecimento desenvolvido, e chamamos todos os que quiserem para participar e construir referências; Outra, quando é uma área nova, em desenvolvimento, e usamos outra metodologia, a

de convidar algumas pessoas com mais experiência de atuação naquela área, solicitando que formulem um documento e o entreguem à categoria, para emitir opiniões e, a partir disso, realizar as reformulações necessárias. Então, lançamos, aqui, a metodologia da consulta pública, modo democrático de garantir a participação de todos, e o da produção inicial de um documento, realizada por *experts* de determinada área, e que, logo a seguir, pode ser analisado, avaliado e aberto à contribuição de todos, o que irá democratizá-lo também.

Debate

Magali Oliveira – Manaus

Pela manhã, havia colocado minha angústia em trabalhar como gestora na implantação da Política Nacional de Assistência Social no Amazonas. Precisava de diretrizes, de algo mais sólido, de um terreno onde pudesse caminhar mais tranquilamente, e agora estou muito feliz com o portal do CREPOP, onde podemos buscar conhecimentos, deixar dúvidas e, efetivamente, ter documentos com diretrizes para exercer nosso papel de psicólogos e de gestores. Parabéns ao Conselho Federal de Psicologia, porque, mesmo estando lá no Amazonas, início do Brasil para uns e fim do Brasil para outros, podemos, enfim, estar em contato com outras pessoas que vivem as mesmas situações e trazem as mesmas dúvidas. Então, quando temos um meio tecnológico e podemos fazer dele nosso companheiro e nosso contato com os demais profissionais da área, nós nos sentimos mais integrados e próximos de todos.

Heloísa – CRP-09

Fiquei pensando nessa questão colocada pelo Marcus Vinícius com relação ao barulho do lançamento do portal e percebi que isso também é uma questão de gênero. Nós, mulheres, temos nossos filhos e os ficamos curtindo, silenciosamente, enquanto o homem chama para a cerveja e o charuto e faz a farra toda.

Sou conselheira responsável pelo CREPOP no estado de Goiás e queria compartilhar a paixão pelo Centro desde o início, principalmente porque vem ao encontro da minha aflição, minha angústia enquanto psicóloga. Muitas vezes, tive vontade de desistir da Psicologia. Muita gente me segurou, manteve-me no meu consultório, porque atuo em uma cidade do interior do estado de Goiás, que jamais vota em governos populares e mais avançados. Os psicólogos também vão

nessa mesma toada e não conseguem entender como faço parte do Conselho e me envolvo com questões sociais da Psicologia. Há um sofrimento grande com relação ao elitismo da profissão, e tudo o que tem sido colocado neste Seminário, desde a conferência de abertura, sobre o compromisso da Psicologia com a sociedade, com o coletivo, com as políticas públicas, com a possibilidade de uma Psicologia para todos, e não para muito poucos que podem pagar por ela, tem sido fundamental para o estímulo para com o trabalho. Então, por muito tempo, mantive essa falta de realização sobre a implementação do que acreditava ser um projeto maior. Estou encerrando minha segunda gestão no Conselho Regional e essa militância colocou-me mais próxima dessa reflexão e, especialmente, da luta para que nosso perfil possa ser mudado. Tenho tido algumas boas experiências e, atualmente, estou trabalhando em saúde mental, no CAPS. Vi nascer o CREPOP e nele estou inserida. E, o mais importante, que quero deixar aqui, é o significado que isso tem nas experiências que tenho tido enquanto conselheira que tem participado em ações com nossa técnica é agora ver que o CREPOP começa a provocar e a fazer acontecer um sentimento de acolhimento, por parte dos psicólogo, em um espaço disponibilizado para sairmos do papel aparente, da máscara de todo-poderosos, detentores do conhecimento e solitários em seu trabalho, na busca de acertar, mas sem respaldo técnico orientador, sem referências. Quando participamos de reuniões presenciais e pesquisas focais, percebemos as dificuldades do fazer de cada um e o alívio que sentem nesses momentos conjuntos, ao tirarem essas máscaras e expressarem suas dificuldades e a necessidade de terem um espaço de discussão, de construção de referenciais. Acredito que, dessa forma, construiremos um coletivo, saindo do espaço individualista e, enquanto

profissionais agregados, realmente daremos vida a uma referência nossa, que parte da Academia mas que, a partir da experiência, poderá transformar a sociedade em que estamos inseridos.

Fábio

Gostaria de ficar de pé e reverenciar realmente essa iniciativa do CFP. Fico lembrando dos embates com as categorias mais próximas, como, por exemplo, com o Serviço Social, mais histórico na atuação da assistência. Eu tinha uma certa inveja, quando diziam “porque, na nossa categoria”, e apontavam referências. Agora também posso dizer que estou amparado por diretrizes metodológicas de intervenção, de atuação, porque minha categoria de psicólogo, por meio do Conselho Federal de Psicologia, embora em processo inicial, está me balizando. Então, é esse sentimento que tenho agora. Com certeza, pensando nos profissionais, nos técnicos, nas gestões e também nos técnicos que estão nas equipes de intervenção direta junto à população, essa possibilidade traz um lastro e uma sensação de certo orgulho em se ver enquanto categoria em movimento. Realmente, fico muito contente por isso. Quero expressar aqui, de uma forma muito transparente e muito autêntica, minha satisfação, sem perder de vista todos os desafios existentes, muito bem retratados pelos palestrantes presentes neste evento e que ilustram nossos dilemas e angústias profissionais. Quero reforçar o convite para a possibilidade de construção, de contribuição da forma que podemos, legitimando esse instrumental de referência para nossas práticas e intervenções críticas. Ficou muito claro hoje o pensamento crítico produzido diante das questões do Estado e da sociedade; são questões profundas, mas, ao mesmo tempo, vislumbramos possibilidades de superação.

Em minha experiência no Ceará, ajudei na implementação de um CRAS indígena. Como psicólogo, coordenei a implantação de um CRAS indígena, o que não é previsto na política nacional. Em uma comunidade tradicional quilombola indígena, a primazia seria a de um historiador, um antropólogo, porém, por uma série de questões, inclusive de competência técnica, fui lembrado e fiquei diante de uma oportunidade na qual tivemos que nos remeter à nossa própria trajetória profissional e buscar a ajuda de alguns colegas, mas correndo atrás mesmo, para criar, inclusive, referências individuais, a fim de poder organizar um serviço. Mas montar um serviço e nele atuar fazendo frente a uma dimensão do Estado não pode ficar na dimensão da boa vontade, do senso ético individual de cada profissional. Precisamos ter referências enquanto coletivo de profissionais, para nos tornarmos uma categoria profissional e conseguirmos fazer frente, inclusive, a todas as críticas aqui expostas.

Gostaria de, mais uma vez, parabenizar o trabalho do CFP, bem importante.

Marcus Vinícius de Oliveira

Gostaria de fazer dois comentários sobre o CRAS. A primeira é que não apenas estamos lançando esse documento, fruto de um trabalho de quase quatro meses de colegas que têm uma caminhada no tema da Assistência Social, mas também estamos construindo, com o Conselho Federal de Serviço Social, uma parceria em que pretendemos produzir um documento conjunto, psicólogos e assistentes sociais, em defesa da consolidação do SUAS. Essa tem de ser a nossa briga: as duas categorias juntas, lutando pela construção do SUAS. Fomos lá por nossa iniciativa, fomos bem recebidos e fizemos o pacto de que, em nossas entidades, exemplificaremos para os profissionais por nós refe-

renciados que não estamos disputando. A única disputa que temos é a de ver quem defende e quem constrói mais o SUAS. Essa é a disputa aceitável entre as duas categorias.

Quero dizer que o lançamento do documento relativo à presença do psicólogo no CRAS pode ofuscar um pouco essa metodologia que a Grisel e a Ana relataram. Na verdade, todos os núcleos de prática estão sendo produzidos a partir da mobilização direta dos profissionais que atuam nessa área, não somente para entrar na internet e deixar informações sobre a sua vida prática profissional, mas também pessoalmente. Essas reuniões testemunhadas pela Heloísa acontecem nos Conselhos Regionais a partir dessas convocações, que articulam reuniões de 20, 30 pessoas, em um momento muito rico de troca e um grupo que sai dessa reunião maior. Faz-se um grupo focal para colher dimensões qualitativas da experiência e esse material é consubstanciando naquilo que foi oferecido pelo instrumento mais quantitativo, que é o instrumento presente no site. O resultado dessa reunião das pessoas que atuam na política e o resultado do grupo focal formam o material básico a partir do qual se pretende estabelecer as diretrizes para a atuação dos profissionais daquela área.

Estamos trabalhando com o conceito de núcleo de prática, porque a Psicologia tem a área da saúde, e, dentro da área da saúde, há 14 ou 15 núcleos de prática. Há o núcleo de prática daqueles que trabalham com HIV-AIDS, dos que trabalham com UTIs, dos que trabalham com saúde mental; então, estamos trabalhando com o conceito de núcleo de prática porque as identidades dão-se dessa maneira. Um psicólogo que atua na saúde e está na UTI e um psicólogo que atua na saúde e está em um CAPS possuem pouca coisa em comum. Têm especialidades. Então, cada área de atuação da política pública será discriminada por núcleo de prática, e esses

núcleos de prática oferecerão as informações para que se produzam diretrizes. Costumo dizer que o “filé” do CREPOP são as diretrizes. O CREPOP e esse *site* darão muitas informações, e, sobre o CREPOP pretende, de fato, que seja um espaço de ancoragem de todo tipo de informação útil para um psicólogo atuar nas políticas públicas. Nada do que se diga da política pública e da Psicologia será estranho a esse *site*. A ambição é fazer com que seja um portal que reúna referências para facilitar a vida do psicólogo, e o destaque realmente serão os documentos de referência, porque terão sido produzidos por metodologias onde há diálogo em que os próprios psicólogos serão os construtores das referências que, posteriormente, servirão para orientar os gestores públicos. Às vezes, há uma expectativa equivocada sobre a função do psicólogo, então é bom ter um documento para informar para o que nós, que somos psicólogos, achamos que servimos. Esse documento de referência dará ao gestor uma expectativa mais justa do que nós podemos fazer enquanto psicólogos; ao mesmo tempo, referenciará as unidades formadoras para que estejam atentas sobre quais são as expectativas colocadas, desde o campo das políticas públicas para a formação das pessoas, para que essa formação possa ir sendo adequada às expectativas. Referenciará, ainda, os profissionais recém-formados que querem ingressar na área.

Hoje foi dito que não se sabe como os psicólogos foram integrados às equipes do CRAS, incluídos em uma legislação de Assistência Social. Eu sei como aconteceu. Ganharam as vagas fazendo a luta pelos direitos humanos, projetando-se por meio do Banco Social de Serviços, ocupando espaço político, sobretudo no âmbito federal, junto ao Estado, junto ao governo, impondo o seu trabalho, fazendo fiscalização em unidades de internação de crianças e adolescentes e depois sendo a

quarta entidade mais votada para compor o Conanda, além de fazer fiscalização em unidades psiquiátricas de internação e manifestações públicas no Congresso Nacional, na luta contra a redução da idade penal. Esse reconhecimento não se produz sem que o sujeito apresente-se. Então, temos feito uma caminhada como psicólogos que se apresentam à sociedade, e esse reconhecimento começa a se reproduzir. O CREPOP deve ajudar a alavancar e acelerar o processo da presença dos psicólogos nas políticas públicas, porque é conhecedor do que pode um psicólogo. O próprio psicólogo, o gestor e a instituição formadora produzirão uma energia mais intensa que permitirá que muitos colegas tenham, amanhã, a oportunidade de prestar seu serviço à população, à sociedade. Não há problema que haja muitos cursos de Psicologia, desde que sejam de boa qualidade e haja espaços na política pública para que os psicólogos atuem, trabalhem.

Quero exemplificar para vocês dizendo que estamos lançando hoje o relatório do *Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres: contribuições para a construção de comunidades mais seguras*, realizado em parceria com a Defesa Civil. A Defesa Civil do Brasil tem interesse em que os psicólogos capacitem-se para trabalhar em Psicologia das Emergências e dos Desastres, ajudando a fazer um trabalho comunitário de prevenção de desastres nas comunidades, ajudando a fazer a leitura dos riscos existentes nas comunidades e a organizar as comunidades. Se os psicólogos tiverem competência técnica para exercer esse trabalho, a Defesa Civil quer psicólogos que possam ajudar.

Estamos lançando aqui o *II Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas*, que aconteceu em 2005.

Também temos o *Seminário Nacional A Questão da Terra: desafios para a Psicologia*. Quilombolas, Movimento dos Sem Terra, Movimento dos Atingidos por

Barragens, Movimento Indígena, todos têm um problema com a questão da terra. E todos esses grupos perguntam: como os psicólogos podem nos ajudar nos dilemas de sermos povos acampados, povos em luta? O que a Psicologia tem a dizer sobre nossas crianças, sobre a sexualidade de nossos adolescentes, sobre o alcoolismo em nossas sociedades?

Estamos lançando hoje o relatório final do *I Fórum Nacional de Psicologia e Saúde Pública*. Essa é uma presença histórica. Existem 14 mil psicólogos atuando nas política de saúde pública. Quase 1/10 de nossa categoria profissional atua na política pública de saúde, então, é importante que tenhamos posições técnicas competentes para que essa atuação no SUS produza reconhecimento.

Também estamos lançando uma cartilha para a população, para os usuários do Benefício de Prestação Continuada, no campo da Reforma Psiquiátrica: *O Benefício da Prestação Continuada e o Portador de Transtorno Mental*.

Estamos lançando, ainda, o *Relatório Final da Ação Conjunta de Fiscalização sobre Avaliação Psicológica para Obtenção da Carteira Nacional de Habilitação*, reivindicando e construindo um fórum nacional pela democratização da política de trânsito. O Conselho Federal de Psicologia, com outras várias entidades, criou, no mês passado, um fórum para transformar a participação dos psicólogos, na questão do trânsito, em participação efetiva, e não apenas no exame psicológico para emissão da carteira de habilitação.

Também há a área de Mediação e Conciliação, espaço em que o Judiciário, especificamente o Conselho Nacional de Justiça, tem solicitado nossa cooperação, entendendo que os psicólogos podem atuar em mediação e que faz falta essa presença. Ter somente advogados na mediação não dá certo: é preciso ter

psicólogos que ajudem a mediar situações as mais diferentes possíveis.

Então, são vários os campos da política pública em que os psicólogos podem trabalhar. Há muitas novas oportunidades. Possivelmente, poucos pensaram que poderiam trabalhar no campo da mediação e conciliação. Talvez ninguém tenha pensado que pudesse trabalhar com a Defesa Civil. Esses são campos que estão abertos à presença do psicólogo.

Há uma pergunta fundamental: como vamos adquirir as competências técnicas para participarmos desses espaços de forma útil, importante, eficiente e ética? Essa é a grande questão que nós, como categoria, precisamos resolver, e construir possibilidades de uma participação que seja engrandecedora da própria Psicologia. E isso envolve o tema da formação, envolve uma atuação com a Associação Brasileira de Ensino da Psicologia, a ABEP, para que todas essas matérias possam circular. Envolve o lançamento das próprias publicações, para que todos tenham acesso a esse tipo de informação. Envolve o nosso *site*, que deve ser capaz de ancorar esses materiais, distribuindo conhecimento e fazendo, da informação, recurso estratégico para o avanço da nossa profissão.

